



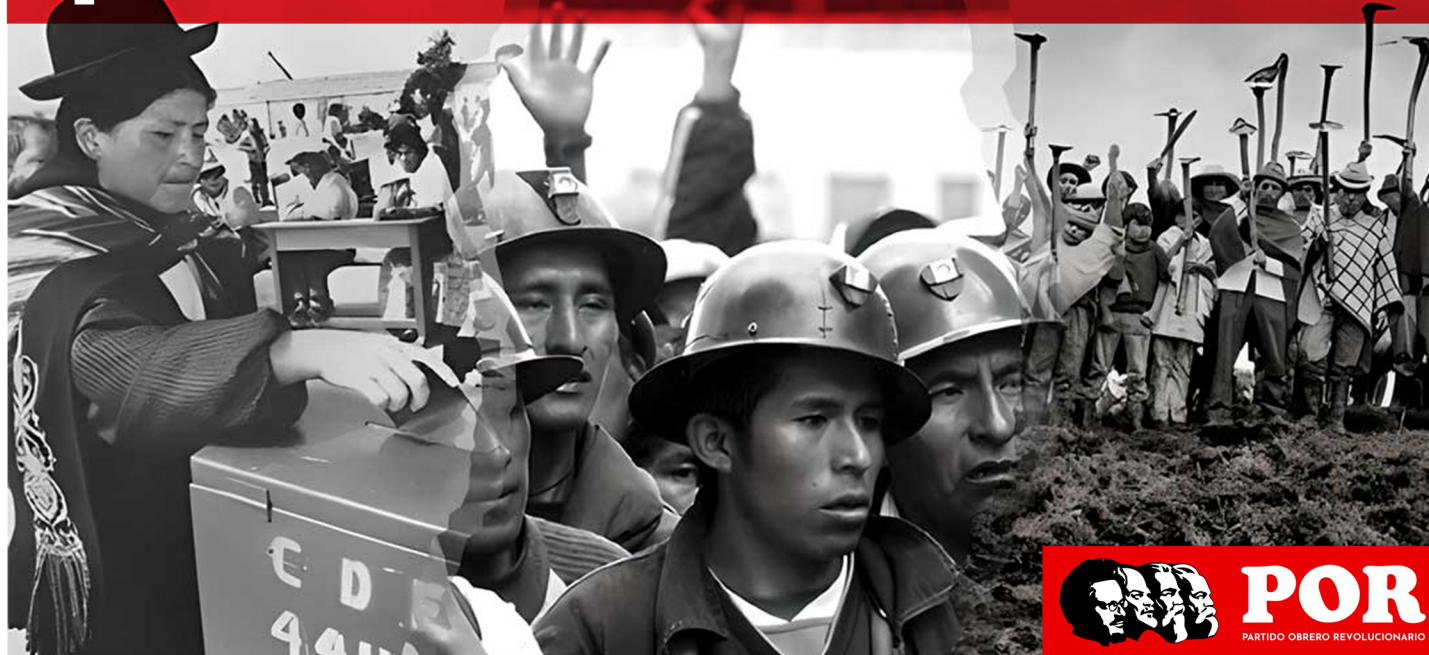
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 740 - DE 25 DE MAIO A 7 DE JUNHO DE 2025 - R\$ 5,00



Viva os 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia!



Nove décadas de luta pela revolução proletária e pelo Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

A crise de direção emerge como principal fator da crise mundial

Cresce a responsabilidade da vanguarda com consciência de classe diante da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

Reerguer o movimento internacional pelo fim do genocídio do povo palestino



A crise de direção emerge como principal fator da crise mundial

Cresce a responsabilidade da vanguarda com consciência de classe diante da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

As forças burguesas em choque no terreno das disputas internacionais pelo mercado, pelo controle das fontes de matérias-primas, pelo domínio da tecnologia e pela busca de posições na escalada militar se movimentam por cima dos povos e com imensa facilidade. Essa liberdade reflete a profunda crise de direção do proletariado mundial.

Destacam-se o nacionalismo imperialista impulsionado desde os Estados Unidos e a decisão da União Europeia em se rearmar sob a justificativa de conter o expansionismo da Rússia. O que traz implícita a preparação para uma guerra no velho continente.

O recente acordo entre a União Europeia e o Reino Unido não se limita à procura de reanimar o estagnado mercado europeu, atingido pelas barreiras do Brexit. É certo que o Reino Unido se encontra em uma situação difícil, agravada com a guerra comercial e premido pelo horizonte de descenso da economia mundial. Desde o Brexit, adotado há cinco anos, os países do Reino Unido, manejados pela Inglaterra, se ressentiram da queda tanto das exportações quanto das importações. Tornou-se mais claro para os britânicos que não podem continuar servindo na Europa de instrumento da política norte-americana. A virada brusca de Trump levou o governo trabalhista a reatar relações com a União Europeia, rompendo a rigidez original do Brexit.

A incorporação da Europa às medidas tarifárias por si só estremeceram a boa vizinhança com os Estados Unidos, cultivada pelo governo Biden. Mas, foi a mudança diante da guerra na Ucrânia que abalou os vínculos estabelecidos após a Segunda Guerra. As negociações de uma “paz” nos termos de Trump não incluíram os europeus. Os Estados Unidos não querem pôr fim à OTAN. Apenas exigem que os Estados europeus elevem suas contribuições, que o governo republicano calcula em 5% do PIB.

O plano de Trump não inclui a prorrogação da guerra na Ucrânia. Os sinais de vitória da Rússia são evidentes. Ocorre que a União Europeia também investiu bilhões de euros para sustentar a oligarquia ucraniana e o governo Zelensky. Não só os Estados Unidos têm o “direito” de tirar vantagens de uma “paz” que implicará uma divisão da Ucrânia. De forma que o esgotamento do Brexit reflete a situação geral das relações da União Europeia com os Estados Unidos.

O Reino Unido está muito envolvido com o rearmamento europeu. Em meio ao novo acordo comercial, se estabeleceu a “cooperação em defesa dos dois lados do Canal da Mancha”. O primeiro-ministro, Keir Starmer, assinalou a importância de o Reino Unido ter acesso ao fundo de defesa da União Europeia. Bilhões de euros permitirão movimentar a sua indústria bélica. O fato de a Alemanha, por sua vez, decidir aumentar sua dívida pública para, em parte, acionar o armamentismo reforça a visão do imperialismo europeu de que está ocorrendo uma séria mudança entre as forças burguesas que ditaram a ordem mundial de Ialta e Potsdam.

A guerra na Ucrânia, que perdura por mais de três anos, foi gestada nas entranhas da crise mundial, que se projetou a partir dos anos de 1970 e 1980. A quebra econômica iniciada nos

Estados Unidos em 2008, seguida da recessão mundial no ano seguinte, tornou visível a ponta do iceberg do choque entre as forças produtivas e os Estados nacionais.

A China - que conservava a possibilidade de movimentar suas forças produtivas, potenciadas pela Revolução de 1949, mas limitadas pelo retrocesso do movimento revolucionário e encarceradas pelo cerco internacional dos Estados Unidos, Europa e Japão - rompeu a camisa de força do atraso e se ergueu como a segunda potência econômica, mas alavancada pelo processo de restauração capitalista. Esse fenômeno se processou nas condições gerais de esgotamento histórico do capitalismo. Em outras palavras, nas condições de travas à projeção das forças produtivas mundiais. A derrocada da URSS se encarregou de favorecer o curso das “reformas” pró-capitalistas na China, apoiado nos Estados imperialistas e nos seus monopólios. Esse percurso se mostra debilitado pelos limites dos Estados nacionais e pela reação dos Estados Unidos.

A guerra comercial e a escalada militar ganham maior dimensão com sua generalização internacional. No continente europeu, a guerra na Ucrânia, independentemente do desfecho pretendido por Trump, pôs às claras as antigas fraturas que levaram a duas guerras mundiais.

É expressivo o esforço da Polônia em se armar, desconfiada quanto à proteção do imperialismo norte-americano, que a tornou em um território militarizado, desde que a restauração se impôs no Leste Europeu, e voltado contra a Rússia. A França decadente procura tomar a frente do rearmamento europeu, contando com uma indústria militar mais bem estruturada e possuidora de arsenal atômico.

No Oriente Médio, Israel intensificou os bombardeios e impulsionou o avanço de tropas, matando em poucos dias milhares de palestinos. Trump e Netanyahu agem no sentido de anexar a Faixa de Gaza e expulsar em massa os seus habitantes. Os Estados árabes não só deixaram o povo palestino à mercê da burguesia sionista como mantêm a posição de coniventes. As massas oprimidas carecem dos partidos revolucionários, sem o qual se acham presas ao nacionalismo decadente. O parlavreado sobre um Estado palestino caiu em total descrédito.

Tropas israelenses fatiaram o território de Gaza, cortando-o por meio de corredores. Esperam liquidar o Hamas e ditar as condições norte-americanas da ocupação sionista. A matança e destruição chegaram ao ponto de obrigarem a União Europeia e o Reino Unido a condenarem Israel, mas sem tocarem nos Estados Unidos.

Em uma situação catastrófica como essa, o presidente da Síria, Ahmed al-Sharaa, ex-insurgente e dirigente de uma fração ligada a Al Qaeda, foi à Casa Branca beijar o sapato de Trump e pedir que remova as sanções econômicas lançadas contra o ex-governo de Bashar al-Assad. Trump mostrou a força dos Estados Unidos no Oriente Médio indo ao encontro da Arábia Saudita, Qatar e Emirados Árabes para acertar acordos bilionários e expressar seu objetivo de anexar a Faixa de Gaza.

De conjunto, esses acontecimentos dão a dimensão até onde chegou e pode chegar a barbárie social resultante do capitalismo em decomposição e do choque entre Estados alavancado

pelos Estados Unidos. É nessas condições que se manifesta a crise de direção.

A luta de classes tem sido bloqueada ou desviada pelas direções adaptadas ao capitalismo e serviços da democracia burguesa – diga-se, apodrecida. Haja vista o esvaziamento do movimento de massa que se ergueu em defesa do povo palestino, da passividade diante da guerra na Ucrânia e da guerra comercial e da impotência frente à escalada militar. Os instintos de revolta da classe operária têm sido amortecidos décadas a fio pelas traições, pelas derrotas das lutas, pelos retrocessos nas conquistas e pela degeneração das organizações sindicais e políticas vinculadas aos explorados.

É dever classista e revolucionário compreender o difícil presente histórico, que tem um passado a ser assimilado e respondido com as armas do programa da revolução proletária e da organização independente dos explorados, para erguer um muro de contenção às guerras e à escalada militar. O proletaria-

do é força social oposta à bárbara burguesia e, por isso, capaz de encarnar as transformações que levarão à sociedade sem classes, o comunismo.

A história da luta de classes carrega conquistas indestrutíveis como o socialismo científico, o programa da revolução social, as formas de organização coletiva e os métodos de combate à dominação capitalista. Uma das conquistas fundamentais do proletariado é a capacidade de organizar-se como classe revolucionária. A construção do Partido Mundial da Revolução Socialista continua sendo o fator fundamental na luta de classes. A última experiência foi consubstanciada na IV Internacional, como continuidade da III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos. O seu programa e o da IV Internacional constituem a sólida base para reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A luta contra a decomposição e a barbárie capitalista que assombram os povos em todas as latitudes se realiza fortalecendo e construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas.

Governo Lula sob a pressão dos Estados Unidos

Guerra comercial e escalada bélica refletem-se na crise econômica e política

Cabe à classe operária e aos demais explorados reagirem com seu programa próprio, constituindo a frente única anti-imperialista

A participação de Lula na comemoração do “Dia da Vitória”, realizada em Moscou, foi alvo de uma campanha sórdida montada interna e externamente. Os Estados Unidos e a União Europeia, sobretudo, fizeram o máximo possível para que os países convidados não comparecessem. A imprensa controlada pelos monopólios norte-americanos ressaltou a pequena presença, contanto apenas com 30 chefes de nações, entre eles a China e o Brasil. Desdenharam o peso econômico, político e militar dos demais países.

A desgastada discussão sobre se a vitória final coube à ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), desta vez, foi secundária. O fundamental se concentra na guerra da Ucrânia e na guerra comercial intensificada pelo plano Trump de “América em Primeiro Lugar”. Na Alemanha, Europa ocidental, as potências fizeram suas comemorações sem que houvesse transcendência. Ficou estabelecido que se tratavam de cerimônias que se opunham ao da Rússia. Aqueles países e governos que se fizessem presentes em Moscou e pousassem ao lado de Putin estariam indicando um alinhamento pró-russo e, portanto, apoiando a invasão da Ucrânia, ocorrida em fevereiro de 2022. Seriam os casos da China, Brasil, Egito, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Venezuela, Cuba etc.

O Brasil cometia o delito de acompanhar os governos, cujos regimes políticos eram de ditaduras. As democracias ocidentais, tendo à frente os Estados Unidos, não poderiam, portanto, aceitar passivamente o alinhamento em torno à ditadura de Putin. O lugar de Lula era o de se sentar no banco das democracias. Se assim o fizesse, certamente, se sentaria no colo de Trump.

A horda de críticos lembrou que o Brasil não precisa se alinhar aos Estados Unidos ou à Rússia. Sua vocação histórica é o da “neutralidade”, o que não é verdade. Em particular, o encontro de Lula com Xi Jinping foi o que mais irritou a direita e ultradireita brasileira e desagradou o governo norte-americano. Ocorre que os países que foram a Moscou fazem parte do Brics, que tem sido considerado uma organização que se opõe e desafia o domínio mundial da América do Norte. As críticas de Lula ao tarifaço de Trump foram interpretadas como um ataque aos Estados Unidos.

A animosidade contra a guerra comercial de Trump abunda na Europa e, também, nos seus vizinhos, como Canadá e México, inclusive no Brasil, mas somente é aceitável como justa desde que o consenso não conflua, sobretudo, com a animosidade da China, que, por sinal, é o país mais afetado pela guerra comercial. A Rússia não tem tanta importância comercial para o Brasil como a China.

O governo Lula afunda em uma crise política crescente. Leva com ele o movimento sindical, camponês e popular. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de responder com o máximo de precisão à ofensiva do imperialismo norte-americano, lutando por libertar a classe operária e demais explorados das direções burocráticas, conciliadoras e capituladoras; desenvolvendo o programa próprio dos explorados, organizando as massas por meio da ação direta e constituindo a frente única anti-imperialista.

O problema reside na guerra da Ucrânia, que se encontra esmagada militarmente pela Rússia pelo fato de sua oligarquia governante ter se sujeitado às pressões e atrativos das potências europeias e dos Estados Unidos. Biden fez o possível, nos marcos das limitações da crise mundial, para prolongar a resistência ucraniana, sabendo que suas forças não poderiam vencer o poderio russo, e que os aliados europeus não estavam voltados a estender a guerra por todo o velho continente.

Trump reconheceu a proximidade da derrota da Ucrânia e ensaiou um plano de “paz”, que implica partilha, anexação e saque econômico. Tanto a China quanto o Brasil não se opuseram, querem que sua bandeira de “paz”, levantada bem antes que a de Trump, tremule em nome da paz mundial. Não há por que duvidar que Lula e Xi Jinping foram à Rússia para advogarem a pacificação e pedirem arrefecimento da guerra comercial. Mas, Trump tem uma mão voltada a uma solução da guerra da Ucrânia que seja ditada segundo os interesses dos Estados Unidos, e outra direcionada contra a China que vem ganhando terreno no mercado mundial e no controle de fontes de matérias-primas. Lula e Xi Jinping reclamam contra o unilateralismo, em nome de um suposto multilateralismo.

Está cada vez mais visível o esgotamento da ordem mundial estabelecida sob a condução e hegemonia dos Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra. Imperam a guerra comercial e a escalada militar. Os Estados Unidos, agora, são o carro-chefe do desmantelamento das relações e instituições edificadas sob o poderio econômico e militar da aliança imperialista conduzida pelo imperialismo norte-americano. Restam apenas sombras desse passado, que foi cantado como possibilidade de uma paz prolongada, de cooperação entre os povos e de um sonhado progresso geral do capitalismo.

A liquidação da URSS em 1991 permitiu aos Estados Unidos firmarem acordos em torno ao fim da Guerra Fria. Mas se conservaram a OTAN e as bases militares norte-americanas em todos os continentes, espalhadas em inúmeros países. Sob essa base pretérita marcada pelo processo de restauração capitalista, emergiram a China como potência econômica e a Rússia potência regional que se bate para manter a ascendência sobre a ex-repúblicas soviéticas.

As contradições históricas do capitalismo da época imperialista não tem como serem superadas pelas guerras e pelas reconstruções posteriores. O desespero dos Estados Unidos em combater a China, que não faz senão desenvolver suas forças produtivas entrelaçadas às relações capitalistas de produção, recolocou a crise mundial em um patamar mais elevado do pós-guerra. A guerra na Ucrânia se tornou inevitável como ápice dos conflitos agravados a partir de 2014, quando ficou patente para a Rússia que o governo ucraniano estava envolvido pelas forças do imperialismo que arrastava a ex-república soviética para a órbita da União Europeia e, conseqüentemente, da OTAN. A derrocada da URSS teria de ser apenas o início de uma voraz penetração do capital internacional na Eurásia. O que levou as forças imperialistas a se chocarem com a Rússia que se viu diante da necessidade e do objetivo de se fortalecer como economia de mercado.

Para Lula, esse é um problema do passado que se reduziu à categoria de memória histórica. Em uma de suas declarações, chamou a atenção de seus críticos de que lá atrás no seu governo o Brasil reconheceu a China como economia de mercado, e que esse passo o permitiu construir uma relação comercial amplamente interdependente. Para os Estados Unidos, que impulsionaram do exterior as forças restauracionistas na China desde a década de 1970, o Brasil estaria favorecendo a penetração dos capitais chineses na América Latina. O que é procedente no sentido de que o crescimento do comércio – exportação e importação – permite à China realizar investimentos em importantes setores da economia brasileira. Seus reflexos na América Latina são sentidos, da Argentina ao Peru, do Chile à Bolívia.

O encontro de Lula com Xi Jinping, após à comemoração em Moscou, rendeu a promessa de um volumoso acordo de investimento da China no Brasil. Diante do fato de Trump taxar produtos brasileiros, o anúncio de um acordo entre Brasil e China foi recebido sem ataques, apesar da cara feia de setores da burguesia nacional diante da declaração disparatada de Lula comparando a sua vitória eleitoral contra o ultradireitista Bolsonaro e a revolução chinesa de 1949. Esses acontecimentos acenam para um futuro conturbado se o Brasil continuar a se valer das relações amigáveis com a China nas condições de agravamento da guerra comercial travada por Trump.

Na edição do Estado de São Paulo de 15 de maio, se publicou um ofensivo artigo da revista inglesa The Economist com o título “Xi Jinping avança na América do Sul” e na edição de 22 de maio se estampou um longo artigo do jornal norte americano The New York Time “Como a Rússia fez do Brasil uma fábrica de espões”. Em colaboração com a CIA, a Polícia Federal (PF) serviu de instrumento para investigar e desbaratar um grupo de espões russos, que, segundo o artigo, usava o Brasil para espionar os Estados Unidos. A CIA e a imprensa imperialista acharam que havia chegado o momento de soltar uma denúncia sobre a espionagem russa justamente quando Lula havia comparecido no cerimonial dos 80 anos a convite de Putin. A PF não se preocupou em evidenciar o seu servilismo sabendo que a notícia era dirigida contra o governo brasileiro.

A ofensiva jornalística contra a posição de Lula de não seguir cegamente o imperialismo norte-americano não tem conseqüências imediatas para a governabilidade porque a burguesia brasileira – principalmente a sua fração agropecuária – depende hoje mais do comércio com a China do que com os Estados Unidos. No entanto, os espões norte-americanos e o governo Trump estão preparando a volta da ultradireita ou da direita.

Lula usa do palavreado em suas declarações sobre a guerra comercial, a guerra na Ucrânia e a intervenção de Israel na Faixa de Gaza, porém não toma nenhuma medida contra a prepotência dos Estados Unidos, do Estado sionista e dos Estados europeus aliados. E não pode agir de outra forma a não ser a que dita os setores da burguesia brasileira que controlam em última instância o curso da governabilidade.

A CUT, a maior parte dos sindicatos e organizações populares falam em independência e soberania do Brasil. Soltam confetes para apoiar Lula que se equilibra na corda bamba como faz um artista de circo. Concretamente, o Brasil se encontra sob uma guerra comercial que impulsiona as tendências bélicas. Não tem como agir com independência. A burguesia brasileira que historicamente foi e é condicionada pelos Estados Unidos acabará cedendo ao imperialismo norte-americano que exige um alinhamento contra a China. Circunstancialmente, Lula pode brilhar no Brics e nos cerimoniais que refletem a dissintonia da China e Rússia com os Estados Unidos.

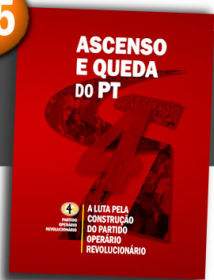
A denúncia de que o Brasil esteve sediando espões russos é uma ameaça de Trump. Evidentemente, é uma propaganda ridícula. O maior aparato de espionagem e com capacidade de gestar e

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



apoiar golpes de Estado está sediado na Casa Branca. Lembremos o golpe de 1964 no Brasil e o Plano Condor que desenvolveu ações contrarrevolucionárias e fascizante na América do Sul.

O governo Lula afunda em uma crise política crescente. Leva com ele o movimento sindical, camponês e popular. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de responder com o máximo de precisão à ofensiva do imperialismo norte-americano, lutando por libertar a classe operária e demais explorados das direções burocráticas, conciliadoras e capituladoras; desenvolvendo o programa próprio dos explorados, organizando as massas por meio da ação direta e constituindo a frente única anti-imperialista.

A crise de direção deve ser levada a sério. As forças do imperialismo e do conjunto da burguesia se movimentam com relativa facilidade porque não se deparam com um vigoroso

movimento operário, dirigido por organizações que encarnam o programa da revolução social, proletária e socialista. Haja vista a liberdade com que o Estado sionista de Israel, amparado pelos Estados Unidos, vem impondo a anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia pela via o genocídio do povo palestino. Haja vista a prolongada guerra na Ucrânia, que ainda pode transbordar para a Europa. Haja vista o rearme da União Europeia e da Inglaterra. Haja vista a escalada militar em toda parte. Os 80 anos do fim da Segunda Guerra não era para ser comemorado com desfile militar com fez Putin em Moscou. Não era para disputar a memória dos 40 milhões de mortos. Era e é para reconhecer que o capitalismo em decomposição caminha para uma nova e mais ampla catástrofe, se o proletariado não se erguer, recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução e marchar armado da revolução social e da bandeira comunismo.

Novo marco de licenciamento aprovado no Senado escancara a ofensiva burguesa contra meio ambiente

O Senado aprovou no dia 21 de maio por 54 votos a 13, o PL 2.159/21 que cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental (LGLA). Sob o pretexto de uniformizar e agilizar a concessão de licenças em todo o país, as mudanças colocam por terra toda a legislação ambiental em vigor que, diga-se de passagem, nunca foi impeditiva aos capitalistas de explorarem o meio ambiente e destruírem inúmeros biomas no Brasil.

Esta escandalosa legislação revela uma maior ofensiva burguesa contra os ecossistemas naturais. Ela cria a LAE (licença ambiental especial) que permite a emissão de licenças em rito simplificado, com a dispensa de etapas (estudos de impacto ambiental etc.) para projetos estratégicos de interesse do governo e capitalistas, a exemplo da exploração de petróleo na margem equatorial. Não casualmente, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do Amapá, um dos estados a se beneficiar com os royalties da exploração petrolífera, se empenhou a fundo em sua rápida aprovação. As oligarquias regionais da Amazônia, sem o menor escrúpulo, se aliam aos grandes industriais numa sanha irresistível pelo saque imediato de suas riquezas. Mas a LGLA não parou por aí. Ela ainda escancarou o uso da licença ambiental por adesão e compromisso (LAC), na qual o próprio empresário concede a si mesmo a licença, sem necessidade de vistoria de órgãos ambientais, mediante simples declaração de concordância com a lei e sempre que seu empreendimento não seja de alto impacto. As atividades mineradoras de grande porte (que no passado recente produziram tragédias como Mariana e Brumadinho) também se beneficiaram com a lei, assim como grandes proprietários que estão livres, como a inclusão na lei da regulamentação da exploração da mata atlântica, para avançar sobre os 12% restantes de floresta tropical. De quebra, a legislação, se aprovada, esvazia de suas funções órgãos como o IBAMA e secretarias de meio ambiente.



Parte da imprensa noticiou que a aprovação do PL foi possível graças a de acordos entre o governo Lula (ministro Rui Costa), o presidente do Senado (Davi Alcolumbre) e a representante da bancada ruralista (senadora Teresa Cristina/PP), escanteando, como de costume, o próprio Ministério do Meio Ambiente. Embora tenha votado contra no plenário, o PT fez inúmeros adendos à lei e silenciou diante dos movimentos a gravidade do ataque. A proposta que

tramitava há 21 anos no Congresso e não conseguiu ser aprovada sob o governo ultradireitista de Bolsonaro, ironicamente, passou sem maiores problemas sob o governo da frente ampla de Lula/Alckmin.

A aprovação da lei, meses antes da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP 30, a ser realizada no Brasil, de forma alguma colide com a chamada consciência ecológica burguesa. Os líderes mundiais têm plena consciência de que os discursos demagógicos de proteção ao meio ambiente em nada atrapalham seus lucrativos negócios que implicam devastar o planeta sem qualquer pudor.

A degradação ambiental que avança em todo o globo só poder ser combatida, de forma consequente, pela classe operária. A exploração racional dos recursos naturais só pode ser equacionada pela economia planificada socialista. Há muito que a revolução proletária se tornou uma necessidade não apenas para salvar os explorados da fome e da destruição física, mas igualmente o planeta de uma catástrofe ecológica. A tarefa da vanguarda consiste em rejeitar a lei 2159/21 do Senado e incorporá-la na sua luta por salários, empregos, direitos e pela revogação das contrarreformas malditas por meio de um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios.

O documento abaixo publicado foi apresentado na reunião do Conselho Estadual da Apeoesp, de 23 de maio, destinada à eleger os delegados para a Plenária da CUT. Nem a direção, nem as correntes que se reivindicam da oposição apresentaram por escrito suas posições. No momento da eleição dos delegados, a direção do sindicato abriu a pa-

lavra à Corrente Proletária/POR, entre outros grupos. A Articulação/PT comunicou que o sindicato tem direito a 38 delegados. Somente o POR defendeu que os delegados fossem eleitos em plenário, já que não se tinha convocado a assembleia como previa a orientação da CUT.

A burocracia, com a fiscalização da CUT, decidiu que houvesse

representantes de oposição entre os 38 delegados da Apeoesp, sendo que serão indicados pela própria direção. O POR se colocou contra. A aprovação pelo plenário mostrou o quanto o Conselho Estadual se acha controlado e engessado pela política da direção petista e aliados. As correntes ligadas à CSP-Conlutas se abstiveram.

Carta à 17ª Plenária Nacional da CUT

A convocação da Plenária “Novos Tempos, Novos Desafios” reunirá “dirigentes sindicais de todo o país”, com o objetivo de discutir as mudanças que resultam na “precarização do trabalho”. A promessa é de que se realizarão “as Assembleias de Base”. Segundo a convocatória, espera-se “atualizar a estratégia política e organizativa da central”. Diz que a “conjuntura é de transformações sem precedentes no mundo do trabalho”. Estabelece “como um dos pontos de discussão o fortalecimento e o compromisso da CUT em defesa do povo brasileiro, em defesa da democracia e reconstrução do país após anos de ataques do governo Jair Bolsonaro (PL)”.

Os termos da convocação e os objetivos pré-estabelecidos indicam que a 17ª Plenária será uma formalidade para justificar a adaptação da CUT ao governo de frente ampla de Lula e a oposição ao ex-governo de Bolsonaro. O que significa dar continuidade à estratégia de subordinação às divisões e choques no interior da política burguesa. Sob o governo Bolsonaro, a CUT serviu de caixa de ressonância à atuação oposicionista do PT e aliados. Sob o governo Lula, serve de instrumento à sua governabilidade. Em ambos os casos, a CUT não expressa a política de independência da classe operária e dos demais trabalhadores diante do Estado burguês. Assim ocorre porque a força política que controla a direção da Central não tem uma estratégia própria de poder que corresponda ao lugar histórico do proletariado no interior da sociedade capitalista.

O PT e seus aliados compartilham do poder da burguesia, seja no Congresso Nacional, seja na Presidência da República. Assumiram a tarefa de governar para a classe capitalista. De forma que as direções da CUT e da maior parte dos sindicatos agem como um braço sindical da política burguesa. O palavreado de defesa do “povo brasileiro” e da “democracia” está perfeitamente de acordo com as relações de produção e exploração da força de trabalho exercidas pelo poder econômico.

É facilmente compreensível, para quem queira ver, que a 17ª Plenária não passará de um meio para manter a CUT subordinada ao governo de frente ampla de Lula. Eis por que a promessa de realização de “Assembleias de Base” continuará sendo uma formalidade, que mascara a ampla e profunda burocratização dos sindicatos e da Central, e, portanto, a negação da real democracia operária. Evidentemente, trata-se de um problema geral do sindicalismo brasileiro e internacional.

Por sua amplitude e consequências nefastas para a luta independente dos explorados, a burocratização expõe o retrocesso de ordem histórica que tem por base as derrotas da classe operária, sendo a mais catastrófica, a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e o processo de restauração capitalista que recompôs as relações de propriedade burguesa. O revisionismo estalinista foi um fator decisivo para tal retrocesso. Não podemos deixar de nos referir ao estilhaçamento da IV Internacional, iniciado em meados de 1950, que interrompeu o avanço da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A burguesia e mesmo as forças políticas de esquerda tudo fazem para ocultar da história as raízes do retrocesso das revoluções proletárias do século XX. Desdenham da tese marxista-leninista-trotskista sobre a crise de direção como o grande obstáculo para o proletariado recuperar o terreno perdido e restabelecer o processo de transição do capitalismo ao socialismo. No entanto, não há outro caminho para enfrentar o capitalismo em decomposição e a barbárie social a não ser o da revolução socialista.

A vanguarda com consciência de classe tem diante de si o objetivo de libertar os sindicatos das direções submetidas ao regime de exploração do trabalho e acumulação de capital. Esse objetivo corresponde ao programa da revolução social. Essa diretriz, certamente, parece muito distante do que se passará na 17ª Plenária. Há que se observar, porém, que sem essa luta a CUT continuará sendo, ao lado das demais centrais, responsável pelas distintas frações da política burguesa, que descarregam a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida, como é o caso dos governos de Bolsonaro e Lula.

O Partido Operário Revolucionário (POR) não se omite diante da formalidade burocrática da 17ª Plenária da CUT, apresenta sua crítica e propõe um caminho de independência de classe a ser seguido. Sintetizamos essa posição nos seguintes pontos:

Sobre a democracia sindical

1) Definir a independência política e organizativa da CUT diante do Estado, do governo Lula e de todo e qualquer governo burguês. A Central e os sindicatos, embora não sejam partidos, devem se colocar por um programa e estratégia própria de poder da classe operária e dos demais explorados. O POR defende a unidade dos explorados em torno da luta por um governo operário e camponês;

2) Definir o método da ação direta – greve, manifestação, ocupação e autodefesa – como base da organização da luta. Romper com a política de colaboração de classes, que se realiza por meio dos partidos da burguesia, do parlamento e das negociações com o patronato e governos;



3) Organizar os sindicatos apoiados nas comissões de fábricas e demais locais de trabalho, eleitas diretamente pelos trabalhadores e independentes do patronato;

4) Definir a democracia operária como base de funcionamento dos sindicatos e da Central. A assembleia, a soberania e o livre direito de expressão de todos os trabalhadores presentes devem ser o fundamento da democracia sindical. O livre direito de fazer oposição e constituir chapas para as eleições tem de ser oposto às eleições burocráticas e antidemocráticas;

Defesa das condições de vida dos trabalhadores

1) Responder ao desemprego, subemprego e informalidade. Unir a classe operária e demais trabalhadores em defesa da redução da jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho) sem redução dos salários. Apoiar e dirigir a luta das camadas assalariadas que exigem o fim da escala 6x1;

2) Exigir o salário mínimo vital, que garanta o sustento da família trabalhadora. Rejeitar o salário mínimo de fome imposto pelo governo de plantão. Retomar as campanhas salariais, unificando os trabalhadores e organizando o movimento sobre a base das assembleias. Não se sujeitar às divisões determinadas pelo patronato;

3) Organizar a luta nacional pelo fim das contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula. Conscientizar os trabalhadores que as reformas trabalhista e previdenciária têm de ser derrubadas por meio da ação direta. É parte dessa luta o fim da terceirização e a defesa da efetivação de todos os terceirizados;

4) Que a 17ª Plenária aprove a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação, em defesa do programa próprio dos explorados como parte de um movimento nacional pelo fim das contrarreformas.

Romper a política de subordinação da CUT e dos sindicatos ao governo Lula

1) Constituir uma oposição classista e revolucionária ao governo burguês de Lula, em defesa do programa de reivindicações e da estratégia de poder próprios da classe operária;

2) Definir o caráter de classe da luta pela independência e soberania nacionais diante da dominação e opressão imperialista;

3) Trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista, de forma a unir a classe operária, os camponeses pobres e a classe média arruinada no campo da luta pelo fim do capitalismo e pela defesa do socialismo.

Sobre a crise mundial do capitalismo

1) Responder à guerra comercial de Trump e aos objetivos de anexações com a organização da frente única anti-imperialista;

2) Em defesa da economia nacional por meio da luta anti-imperialista, organizada e dirigida pela classe operária;

3) Que a Central e sindicatos unifiquem a luta em defesa da economia, das fontes de matérias-primas e das demais riquezas naturais, desenvolvendo o programa da revolução social;

4) Pela defesa do povo palestino contra o genocídio praticado pelo Estado sionista de Israel e pelas forças do imperialismo, sobretudo, as dos Estados Unidos. Fim imediato do intervencionismo assassino e direito à autodeterminação do povo palestino. Por uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio;

5) Pelo fim da guerra na Ucrânia, sob uma paz sem anexação ditada pela unidade da classe operária ucraniana, russa e europeia. Rejeitar os acordos de paz impostos por Trump.

6) Combater a escalada bélica das potências, organizando a luta pela expropriação da burguesia, constituição de governos revolucionários e unidade socialista dos povos.

60º Congresso da UNE

Tese da Corrente Proletária Estudantil

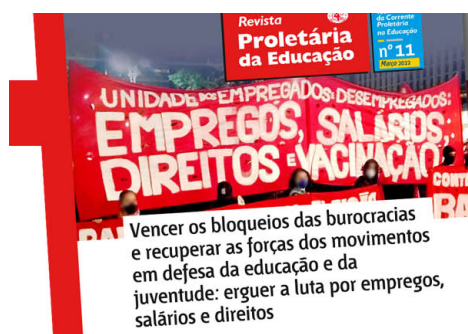
A tese aqui publicada é dirigida à eleição dos delegados e à defesa no Congresso da UNE, que se realizará entre os dias 16 a 20 de julho, em Goiânia. Está posta a luta contra os métodos burocráticos e autoritários de eleição dos delegados. A direção da UNE, majoritariamente controlada pelo PCdoB e PT, se utiliza dos aparatos para indicar seus delegados. O

Congresso servirá de apoio ao governo Lula, como foi expresso pela sua convocatória. As correntes oposicionistas vêm se mostrando incapazes de lutar por um Congresso democrático, constituído por delegados eleitos em assembleias.

A Corrente Proletária Estudantil/POR tem se esforçado por defender um programa classista e revolucio-

nário. Combate pela independência do movimento estudantil diante dos governos burgueses e, em particular, do governo de frente ampla comandado por Lula. Faz um chamado às correntes verdadeiramente oposicionistas a constituir uma frente pela derrubada da burocracia que submete a UNE ao Estado capitalista e à política burguesa

CONTINUA →



Revista Proletária na Educação

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária



Por uma direção classista e revolucionária para a UNE

Pontos principais a serem discutidos e aprovados no Congresso

É necessário partir da seguinte constatação: a crise mundial do capitalismo determina, em última instância, a crise por que passa o Brasil. Esse reconhecimento exige do Congresso estabelecer um elo entre as questões do programa elementar de defesa da educação e da juventude oprimida com o programa geral de combate ao capitalismo e, em particular, à dominação imperialista. Infelizmente, a eleição de delegados não ocorreu sobre a base das posições políticas diante da crise mundial e de seus reflexos nacionais. É o que explica o processo burocrático e ausência da democracia estudantil, que como tal tem de ser expressão da democracia operária. O processo de arregimentação movido pelos aparatos da direção pró-governo e pró-capitalista impossibilitou que os Centros Acadêmicos intervissem em favor de um Congresso democrático. Evitou-se, portanto, a discussão nas bases sobre a crise da educação e as difíceis condições da juventude oprimida como consequências do capitalismo historicamente esgotado e em franca decomposição.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) interveio no Conselho de Entidades de Base (CONEB) defendendo um Congresso democrático e voltado a responder não só às consequências sociais do capitalismo como também a colocar as tarefas históricas para a juventude que deve confluir em sua luta com o movimento do proletariado.

A CPE considera os seguintes pontos como os mais importantes para a discussão e aprovação pelos delegados do 60º Congresso da UNE: 1) aprovar um plano de lutas que dê conta do processo de deterioração do ensino público e expansão mercantil do ensino privado; 2) responder à política educacional do governo Lula, que no fundamental dá continuidade à política de arrocho dos governos anteriores e impulsiona a educação privada; 3) estabelecer uma linha programática de defesa da juventude oprimida, com defesa de emprego e estudo para todos, com escala móvel das horas de trabalho e salário mínimo vital; 4) definir o campo de uma educação controlada por quem estuda e trabalha; 5) romper a política de colaboração de classes, de estatização da UNE e de sujeição ao governo Lula; 6) constituir uma nova direção classista e revolucionária; 7) responder aos ataques do governo Trump às economias dos países semicoloniais e, em particular, a do Brasil; 8) aprovar uma campanha pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza e pelo fim da guerra na Ucrânia, sob a política da classe operária internacional; 9) assinalar o caminho da luta pelo socialismo.

Em defesa de um sistema único, público, gratuito, científico e vinculado à produção social

A bancarrota da educação pública vem se processando durante décadas. No momento, dá mais um salto com o agigantamento do sistema privado de ensino e o avanço da implantação do ensino a distância (EaD). A vergonhosa posição do Ministro da Educação, Camilo Santana, portanto, do governo Lula, diante da regulamentação do EaD, e do apoio da direção da UNE refletem as difíceis condições de um ensino completamente desvinculado da produção social e poderosamente mercantilizado.

A política educacional está inteiramente nas mãos dos grupos empresariais nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo em que

o governo Lula legaliza a exploração da educação pelos grupos voltados à expansão do EaD, decreta cortes de recursos públicos às universidades e institutos federais. Há campus que chegou ao ponto de não ter dinheiro para os gastos mais elementares de infraestrutura.

O acesso ao ensino superior continua sendo ultra restrito e determinado pelo predomínio da rede privada. Está colocado para o Congresso levantar a bandeira de defesa do ensino público. O que exige lutar pelo fim do ensino privado, que deve ser inteiramente estatizado e colocado sob o controle de quem estuda e trabalha.

Nesse marco, os estudantes e a juventude oprimida em geral lutarão pelo ensino presencial, vinculado à produção social e de acesso universal. O acesso universal permite integrar a Educação Básica ao ensino superior. Eliminam-se as barreiras discriminatórias (vestibulares) e as cotas, incapazes de garantir o acesso da juventude ao ensino superior e o fim das discriminações. Essa é uma luta contra a escola de classe, que divide a juventude e privilegia uma minoria.

Faz parte da luta pelo ensino público a defesa da democracia universitária. O que estabelece a eleição de um governo tripartite pelos estudantes, funcionários e professores. A Assembleia Universitária que reúne os três setores é o órgão máximo de soberania.

Enquanto a UNE não se definir pelo fim do sistema privado e constituição do sistema único público, servirá ao governo burguês, seja de direita ou de esquerda, e colaborará para a escalada da privatização da educação. Bandeiras como fim do vestibular e outras formas de exame de ingresso devem fazer parte do programa de estatização geral da educação, de controle por quem estuda e trabalha e de vinculação com a produção social, de forma a unir a teoria e a prática. A escola científica será alcançada por meio da transformação do modo de produção capitalista pelo modo de produção socialista. Mas se coloca objetivamente no processo da luta pelo sistema único de educação estatal, vinculado à produção social.

Por uma Oposição Revolucionária ao governo Lula

O sindicalismo em geral está voltado a sustentar o governo Lula nas condições de agravamento da crise econômica e política. O argumento amplamente utilizado é de que se está defendendo a democracia contra o golpismo bolsonarista. Na realidade, as direções sindicais e políticas ocultam o caráter de classe do governo Lula, que é burguês e que serve ao grande capital. A direção da UNE segue essa mesma linha, uma vez que é controlada por partidos como o PCdoB, PT e aliados do tipo PSOL. A Correnteza/UP ainda que se apresente como oposição de esquerda, reproduz as mesmas práticas da majoritária e pouco se diferencia quanto à política de conciliação.

A verdade é que, enquanto o governo burguês de Lula/Alckmin se vangloria dos números “positivos” de queda do desemprego, os trabalhadores enfrentam a precarização dos empregos e, mesmo aqueles que se empregaram após Lula assumir a cadeira presidencial não têm outra escolha senão encarar tais condições. O quadro geral de tudo isso se deve, em boa medida, à insistência do governo federal em não revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro (trabalhista, previdenciária etc.), e manter o parasitismo financeiro da dívida pública, impulsionadas pelo capital financeiro. Lula conta para isso com a política de conciliação de classes, protagonizada pela maioria das direções sindicais e estudantis.

O Congresso deve rejeitar as posições conciliadoras e aprovar a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula. A ruptura da UNE com o governo petista e de frente ampla deve se dar no terreno da luta pela defesa do sistema único da educação e das condições de trabalho para a juventude oprimida.

Pela constituição da frente única anti-imperialista

A situação internacional se caracteriza pela crise geral do capitalismo. Tanto nos países imperialistas como nas semicolônias, as massas sentem o chicote da miséria. Esse é o ponto de partida para unir a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida em torno ao programa próprio de reivindicações e aos métodos da ação direta. A guerra comercial lançada desde os Estados Unidos vem acompanhada da escalada bélica. A intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, provocando uma carnificina, e a continuidade da guerra na Ucrânia por mais de três anos, causando destruição e mortes, expressam a profundidade da crise geral do capitalismo. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque com as relações capitalistas de produção e com as fronteiras nacionais.

A crescente tendência fascizante na Europa e seu rearmamento, a potencialização da guerra comercial dos EUA com a China etc. podem, em última instância, resumir-se ao fato de que a sociedade capitalista se encontra em decomposição. É nessa situação que se verifica o esgotamento da partilha do mundo feita pelas potências vencedoras da Segunda Guerra. Em particular, a guerra na Ucrânia tem suas raízes no processo de restauração capitalista e liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A juventude estudantil deve se posicionar e lutar contra a guerra comercial e as tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo. As bandeiras de fim do genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza e direito à autodeterminação da nação oprimida, bem como o fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexação, ditada pela unidade dos operários ucranianos, russos e europeus, devem ser aprovadas no Congresso. Devem, assim, servir para impulsionar a constituição da frente única anti-imperialista, como parte da luta pela revolução socialista.

Constituir uma direção classista e revolucionária para a UNE

Está patente que a direção da UNE se encontra profundamente adaptada ao capitalismo e à política burguesa pseudo-reformista. Se o Congresso não eleger uma nova direção classista e revolucionária, os estudantes e a juventude oprimida continuarão sendo canalizadas para as ilusões reformistas e pelas soluções advindas do parlamento oligárquico. Somente uma direção que encarne o programa próprio, as necessidades mais prementes da juventude e a independência política diante do Estado burguês, libertará a UNE da camisa de força da política de conciliação de classes.

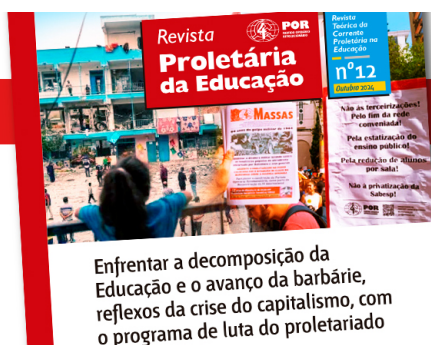
Os anos a fio de controle aparelhista e burocrático dos Centros Acadêmicos, dos DCEs e da UNE reflete a crise de direção, que é uma crise que afeta desde a classe operária. A crise de direção será superada com a constituição do partido revolucionário e da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Essa tarefa histórica exige que a vanguarda com consciência de classe lute no interior dos sindicatos e das organizações estudantis para emancipá-las da política pequeno-burguesa e burguesa de conciliação de classes. A bandeira Por uma direção classista e revolucionária para a UNE corresponde à luta geral voltada à solução da crise de direção.

Plano de Luta

Tendo, portanto, discutido a situação nacional, internacional e educacional, é imprescindível que o 60º Conune, com uma perspectiva classista e revolucionária, aprove e encaminhe o Plano de Luta:

1. Fim do ensino privado! Estatização, sem indenização, de toda a rede privada de educação. Por um sistema único, público, gratuito, laico e universal. Pelo fim de todo tipo de mercantilização do ensino. Fim do ensino a distância. Pela aplicação da tecnologia no ensino presencial. Fim imediato do vestibular. Nenhuma barreira para a juventude oprimida acessar ao ensino superior;
2. Por uma educação vinculada à produção social. Unir a teoria e prática. Aprendizado integrado no trabalho e na escola;
3. Emprego a toda a juventude, com todos os direitos e estabilidade garantidos, combinando os estudos com o trabalho;
4. Creches para as mães estudantes, e moradia estudantil;
5. Pelo governo tripartite nas universidades. Fim da estrutura medieval das reitorias. Que os estudantes, professores e trabalhadores elejam, por voto universal, seus representantes com mandatos revogáveis;
6. Por financiamento estatal integral da Educação pública conforme orçamento aprovado pelas assembleias gerais universitárias! Pelo não pagamento da dívida pública.
7. Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio! Fim da terceirização com efetivação imediata dos terceirizados.
8. Redução da jornada, sem redução salarial. Pela escala móvel de salários e das horas de trabalho. Pela estabilidade no emprego;
9. Salário mínimo vital necessário para uma família de quatro pessoas, que, segundo o Dieese, em 2025, deve ser R\$ 7.638,62;
10. Todos os direitos democráticos ao povo (direito ao aborto público e gratuito, uso do nome social, igualdade salarial entre homens e mulheres etc.). Nenhuma discriminação sexual, racial ou quaisquer outras;
11. Responder às tendências fascistas na sociedade com os métodos da luta de classe e com a ação direta coletiva das massas.
12. Constituir uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula;
13. Responder às tendências bélicas e às guerras de dominação com o programa da revolução social, que por sua natureza de classe é proletária.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.



Resposta à resolução de conjuntura aprovada no 16º CONEB

Preparação para o CONUNE

O Congresso Nacional das Entidades de Base (CONEB) antecede o Congresso da UNE (CONUNE) e orienta a linha política que será adotada pela direção da entidade (composta majoritariamente pela UJS/PCdoB). A tarefa de responder politicamente às resoluções aprovadas no CONEB constitui uma base para as discussões que serão realizadas no CONUNE. A orientação da direção se resume a três resoluções: conjuntura, educação e movimento estudantil. Responderemos aos principais aspectos da resolução de conjuntura.

O texto inicia com uma tentativa de explicação do aprofundamento da crise capitalista, que leva a uma “resposta política dos mais ricos (que) tem sido o fortalecimento da extrema direita no mundo, através de uma agenda de aprofundamento da política neoliberal que visa ao desmonte do Estado, à destruição de direitos básicos e universais, ao financiamento dos meios de comunicação transformando pessoas em dados e algoritmos e a desvalorização da vida digna e dos direitos humanos.” Sem dúvida, a crise do capitalismo é tão visível que a direção reformista da entidade é obrigada a reconhecê-la. No entanto, a resposta passa longe da realidade. Trata-se, na verdade, de uma crise que tem raiz no esgotamento do modo de produção capitalista na sua fase última, a fase imperialista. O esgotamento da partilha do mundo no pós-guerra tem levado os governos a investirem sobre novos territórios com fontes de matéria-prima e dotados de rotas comerciais favoráveis. As taxas de lucro dos capitalistas estão cada vez mais comprimidas pela contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, bem como com as fronteiras nacionais, que na fase de decomposição capitalista se tornam verdadeiros bloqueios ao escoamento de mercadorias. A guerra comercial atual dos EUA com a China está assentada nessa posição mais geral.

A explicação da resolução, de que a extrema direita é uma “resposta dos mais ricos”, além de não explicar nada, mascara a posição de que existe uma outra fração da burguesia que seria progressista e que poderia ser apoiada na luta contra a extrema-direita e, em última instância, contra a própria crise capitalista. Essa ideia fica mais clara no segundo parágrafo da resolução, quando faz uma defesa do BRICS, como um bloco que pode se contrapor ao imperialismo estadunidense, especialmente contra as políticas de Trump. Ora, seria preciso explicar porque os países do BRICS se prostraram diante das taxações de Trump. Não existe nenhuma demonstração de que o Sul Global tenha deixado o imperialismo “acuado”.

Em seguida, o documento discute o problema da Palestina, caracterizando corretamente como um genocídio praticado com as mesmas armas que são usadas aqui no Brasil. Faltou extrair dessa afirmação correta uma conclusão evidente, ou seja, de que justamente o governo Lula, apoiado pela direção da UNE, mantém os negócios com os genocidas de Israel. A resposta política a esse problema também é vazia de conteúdo: “Mais do que nunca, é preciso que as frentes populares, democráticas e progressistas do Brasil se unam em torno de uma agenda de valorização do sul global, internacionalista e anti-imperialista.” O anti-imperialismo aqui aparece como apoio a uma fração da burguesia mundial, que estaria nos países do “Sul Global” combatendo o imperialismo do norte. Assim, a direção da UNE se coloca ao lado dos palestinos em palavras, mas a sua prostração diante do genocídio atesta sua política real, que é de sujeição ao governo Lula. A maior entidade

estudantil no país pouco fez para levantar as vozes e os punhos em defesa do povo palestino e contra o genocídio em curso. Não participam das manifestações convocadas, não organizam os estudantes desde as universidades. Assim, a atual direção da UNE se mostra conivente com genocídio.

Por fim, o documento retoma o problema da extrema direita, que é seu objetivo principal nesta resolução. Trata-se de uma preparação para as disputas eleitorais do ano que vem. Ao eleger a extrema-direita como principal responsável pela crise, e consequentemente, pelos problemas da maioria oprimida, a direção da UNE oculta a responsabilidade do governo Lula e prepara o terreno para seguir defendendo a frente ampla com uma ala da burguesia, em nome da democracia burguesa. Nada mais falso. A extrema-direita, que de fato é um fenômeno internacional, cresce justamente no terreno aplainado pela esquerda adaptada ao capitalismo, alheia à luta de classes. A necessidade de enfrentar a reação ultradireitista passa por levantar as massas por suas próprias reivindicações, se utilizando dos métodos de luta da classe operária e dos demais trabalhadores. Para isso, é imprescindível combater as direções políticas que se apoiam na conciliação de classes, como a direção da UNE, organizando no interior dos sindicatos, entidades estudantis e movimentos populares, uma fração classista e revolucionária, que se apoie na política proletária para organizar as bases na luta contra a burguesia de conjunto, com a estratégia da revolução social.

Em relação a conjuntura nacional, a direção da UNE retorna ao governo Bolsonaro para justificar sua política, “com destaque para a UNE, que organizou os Tsunamis da Educação e teve um papel fundamental na formação de uma frente ampla, Lula conquistou a vitória nas eleições de 2022.”, e vão mais longe ao afirmar que o governo da frente ampla é “um projeto voltado para o povo”. Eis aqui um ponto chave do documento. Neste exato momento, o tal “projeto voltado para o povo” está cortando recursos das universidades federais, enquanto muitas delas estão literalmente caindo aos pedaços.

Uma direção que se apoia na conciliação de classes jamais poderá defender os interesses da maioria oprimida. A conciliação de classes se manifesta de muitas formas, uma delas é no governismo, na defesa de um governo que supostamente atuaria em favor dos trabalhadores. A direção da UNE é base do governo de frente ampla, trabalhou por sua eleição e hoje, três anos depois, trabalha por sua manutenção, preparando o terreno para as eleições de 2026. Esse governo, que de muitas maneiras já mostrou que não representa os interesses da maioria oprimida, como na criação do chamado arcabouço fiscal, uma continuidade do teto de gastos do governo Temer, esse governo que não revogou e nem sequer trabalhou pela revogação das malditas contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro, o que o coloca no campo da continuidade das políticas econômicas essenciais dos governos de direita e ultradireita, esse governo que manteve os trabalhadores na condição de miseráveis com o salário mínimo de fome de R\$ 1.518,00, esse governo que propagandeia a redução do desemprego virando as costas para os milhões de trabalhadores informais ou com empregos precários, como os milhões de terceirizados que hoje existem no país. A direção da UNE em sua resolução de conjuntura aponta para um governo que já governa há 2 anos e meio, e oculta a responsabilidade do governo Lula sobre esses ataques aos explorados, com a tese de que se trata de um governo em disputa, cuja res-

ponsabilidade pelas ações regressivas seriam apenas do Centrão e das pressões do mercado, uma falsificação grosseira dos fatos.

Toda a sua resolução aponta para a necessidade, segundo essa direção, de reeleição da frente ampla para combater o fascismo, a mesma fórmula aplicada nas eleições de 2018 e 2022. Pelo contrário, a política de conciliação de classes com uma ala da burguesia não só não combate as tendências fascistas como é a responsável por sua manutenção e seu crescimento.

A tarefa da situação consiste, precisamente, em lutar pela independência do movimento operário, camponês e estudantil dian-

te do Estado, da burguesia e de seus governos. A principal luta no Congresso da UNE se concentra no objetivo de constituir uma nova direção classista e revolucionária. Uma direção que encarne a defesa do ensino público e gratuito, das condições de existência da juventude oprimida e que tenha por diretriz o programa da revolução social. É com essa orientação que a Corrente Proletária Estudantil/POR trabalha pela convocação das assembleias, eleições democráticas dos delegados e por um Congresso que expresse a luta de classes dos explorados contra os exploradores e, em particular, contra a opressão imperialista.

Boletim Nossa Classe

Campanhas do POR

Partido 



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Maio/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Fortaleza

Greve da construção civil enfrenta a intransigência dos patrões

Os operários da construção civil da região metropolitana de Fortaleza aprovaram a greve geral da categoria na massiva assembleia do dia 08 de maio. A categoria reivindica 9,7% de reajuste, aumento da cesta básica e conversão do vale-transporte em vale-combustível já que grande parte da categoria se desloca de casa para o trabalho de moto. O sindicato patronal, Sinduscon, respondeu na última audiência, ainda no início da maio, com uma contraproposta de apenas 5,5% de reajuste, aumento de apenas R\$ 10,00 na cesta-básica e rejeição da conversão do vale-transporte em combustível.

Antes mesmo da greve ser deflagrada, ainda durante a campanha salarial, a patronal obteve na Justiça uma liminar para impedir o sindicato da categoria (STICCRMF), de se aproximar a menos de 200 metros dos canteiros de obras. A deflagração da greve, portanto, ocorre numa situação em que o sindicato se encontra de mãos atadas sem poder realizar piquetes e combater diretamente os fura-greves. Ainda assim, equipes de trabalhadores têm se aproximado dos canteiros e chamado a base a parar. A adesão tem sido maior em Fortaleza e mais fraca na região metropolitana. Os patrões alegaram na imprensa oficial prejuízos da ordem de R\$ 18 milhões em poucos mais de uma semana e já trabalham para que a greve seja considerada abusiva pela Justiça.

O POR esteve presente em alguns atos no tradicional local de concentração dos trabalhadores, a Praça Portugal, intervindo

com seu Boletim Nossa Classe e utilizando o carro de som para apoiar a luta grevista. Defendeu que não se pode confiar nem na Justiça, nem na imprensa, mas unicamente na capacidade de luta e na solidariedade das demais categorias. Exigiu que a CUT e demais centrais realizassem uma ampla campanha de apoio à greve e finalizou defendendo a necessidade da unidade para derrotar os patrões.

As rebaixadas reivindicações da greve têm tudo a ver com a política que a direção sindical (Resistência-PSOL e PCB) tem imposto ao movimento. Mesmo rebaixadas encontram uma forte oposição por parte do odioso Sinduscon. É certo que uma parte das empresas já sinaliza concordar com o atendimento de certas reivindicações, como o vale-combustível, que não trará qualquer custo a seus gordos bolsos, mas é igualmente verdadeiro que um simples acordo em torno deste ponto pode pôr fim à greve, com a direção abandonando as demais reivindicações, especialmente a salarial. Assim ocorreu no passado e pode vir a ocorrer no futuro.

Neste momento a tarefa é se concentrar em manter os canteiros parados, resistir pelo tempo necessário e lutar contra o atraso político de parte da categoria. Contudo, a tarefa futura dos operários consiste em construir uma direção revolucionária e combativa que eleve esta fração do proletariado ao nível de seu objetivo histórico, assimilando o programa de combate aos regime de exploração do trabalho, o capitalismo.

São Paulo

Greve do Judiciário

No dia 14 de maio, iniciou a greve dos trabalhadores do Judiciário. A movimento grevista exige a reposição das perdas salariais e melhores condições de trabalho.

Intervenção do POR

Camaradas, eu não vou falar aqui sobre nossas reivindicações econômicas, porque já foram muito bem explicadas pelos companheiros. Eu

vou falar sobre nossas condições de trabalho, o que sentimos na pele todos os dias, e sobre os oficiais de justiça na rua. Sentimos que nossas condições de trabalho estão piores e se deterioram e que o Tribunal de Justiça fecha os olhos para a categoria. Ao mesmo tempo, ele cada vez mais vem concedendo privilégios para a casta burocrática do judiciário, que é a magistratura e os desembargadores. Gostaria, também, de fazer uma reflexão aqui com os companheiros sobre a nossa greve, porque a greve vai além das reivindicações econômicas. A nossa greve se coloca contra

uma política governamental. Nós assistimos os professores municipais que foram à greve contra o prefeito Nunes. Nós estamos vendo os professores estaduais que estão enfrentando os ataques do governo direitista de Tarcísio. Então, a nossa greve faz parte dessas lutas, está em choque com as medidas dos governantes contra o conjunto dos trabalhadores. A nossa greve é uma vitória, porque tem como objetivo derrubar essa política dos patrões e dos governos. Porque objetiva enfrentar as duras medidas contra os trabalhadores e a exploração capitalista. Nós estamos aqui hoje em greve, enquanto assistimos um genocídio sobre o povo palestino. O

Estado sionista de Israel está matando milhares de palestinos, mulheres e crianças. Também estamos assistindo a três anos uma guerra na Ucrânia, como milhares de mortes. Tudo isso é reflexo da barbárie capitalista, da decomposição do capitalismo. A nossa greve tem de se colocar contra essa barbárie capitalista. Companheiros, para concluir. Nós devemos deixar bem claro para o presidente do Tribunal, se ele não está disposto a atender nossas reivindicações, nós estamos dispostos a lutar para conquistar as reivindicações. Enquanto ele disser não, devemos gritar bem alto: a greve continua, a greve continua, a greve continua. Obrigado, companheiros.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe no Polo São Lourenço e na Prometeon

Durante a distribuição do Boletim, os operários fizeram as perguntas sobre o reajuste salarial e como está o dissídio, tanto no Polo Industrial como em Santo André.

O militante do Nossa Classe respondeu: o sindicato não apareceu para realizar a assembleia e definir a pauta a ser entregue aos patrões?

No Polo São Lourenço, um operário respondeu que nunca viu o sindicato na porta da fábrica. Em Santo André, na Prometeon um operário disse que o Sintrabor faz mais de 6 meses que não aparece.

Eis a situação da classe operária. Chega o momento da data-base e a direção dos sindicatos não convocam as assembleias. No entanto, começam a negociar com os patrões o reajuste salarial sem ouvir os operários. Está aí por que é preciso recuperar os sindicatos para a luta, o que implica expulsar essa burocracia que vem controlando os sindicatos.

Duas ideias foram discutidas nas portas das fábricas: 1) é preciso que os operários da Prometeon exijam que o Sintrabor convoque urgentemente uma assembleia, para aprovar o caminho para conquistar as reivindicações. A experiência já demonstrou que as negociações entre burocracia do sindicato e patrões não conseguem arrancar as reivindicações. Os patrões não vão atender as reivindicações se não houver uma luta dos operários; 2) no caso da Clever (região do Polo industrial), os operários sequer sabem qual é o sindicato e se tem um sindicato. Por isso, é importante constituir uma comissão de operários para levar as reivindicações salariais e condições de trabalho até o patrão. A partir daí, iniciar a organização no interior da fábrica para conquistar as reivindicações.

O fundamental está em que o custo de vida continua nas alturas. A campanha salarial não existe. E que sem a luta não será possível obter nada do patronato. Por fim, os operários se mostram receptivos ao Boletim Nossa Classe e ouviram com muita atenção as explicações dos militantes.

São Paulo - ABC

Servidores Públicos de Mauá rejeitam proposta da prefeitura

Em assembleia massiva realizada em 20 de maio, servidores públicos do município de Mauá, no ABC Paulista, rejeitaram a proposta ultrabaixada do Prefeito Marcelo Oliveira (PT), que ofereceu um abono salarial de R\$ 1.350,00 dividido em nove parcelas de R\$ 150,00 e um aumento de R\$ 20,00 no auxílio-alimentação (hoje no valor de R\$ 660,00), com zero de reajuste salarial.

Pesou na decisão da assembleia a ampla participação de profissionais da educação infantil. No dia 15, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) e Auxiliares de Apoio à Educação Inclusiva (AAEIs) paralisaram as creches e realizaram um ato em frente a Secretaria Municipal de Educação de Mauá com centenas de trabalhadoras, inclusive candidatos aprovados e não chamados em concursos. Com isso, além de garantir “compromissos” da Secretaria com algumas reivindicações, como a manutenção da jornada de trabalho de 33h semanais, sem intervalo para refeição; e o respeito às atribuições funcionais nos sábados letivos, conseguiram uma agenda de reuniões de negociação.

Em função desta mobilização e da experiência da vanguarda classista em campanhas salariais municipais em anos anteriores, os trabalhadores se organizaram para comparecer à assembleia

convocada pelo Sindserv-Mauá e frustrar os planos da direção do sindicato, que via de regra consegue evitar a greve, convocando os comissionados (funcionários com cargos de confiança) para aprovar a proposta da gestão municipal. Com o comparecimento antecipado, massivo e agitado dos servidores, a proposta foi rejeitada por ampla maioria.

Ressalta-se que nas duas ocasiões, a Diretoria do Sindserv-Mauá promoveu assembleias relâmpagos, com cerca de 20 minutos cada, limitando as falas, assim como as propostas e as deliberações sobre os rumos do movimento. No ato da educação, a diretoria do sindicato pediu que o POR baixasse as bandeiras e desligou o microfone durante a fala do militante porista, uma conduta burocrática que foi rechaçada pelas trabalhadoras.

A CPE/POR vem se empenhando na luta pela vitória do movimento. Para conquistar as reivindicações é preciso impulsionar as tendências de luta e erguer um movimento combativo, massivo, unitário, democrático e coeso. Para tanto, é fundamental avançar no combate à burocracia sindical e na organização de uma oposição classista e combativa.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Santa Catarina

Mais uma vez indígenas são alvo de ataques

Indígenas dos povos originários Kaingang foram alvos de ataques por armas de fogo no dia 6 de maio, na região oeste de Santa Catarina, em Chapecó, em uma área de mata nativa próxima ao distrito de Marechal Bormann, na linha São Francisco, no interior da cidade. Os indígenas retomaram uma parte de seu território originário em abril desse ano. Conforme relatos de lideranças, foram mais de 30 tiros de fuzis disparados por caçadores que praticam caça ilegal de animais silvestres na área do território indígena.

A área de mata nativa é de conservação federal, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os indígenas Kaingang reivindicam a demarcação do território há muitas décadas. A prefeitura da cidade e políticos, tanto de direita quanto de esquerda, não se pronunciaram sobre o caso, mostrando, por omissão, se colocarem contra os Kaingang.

A cidade que leva o nome de Chapecó, que é uma palavra de origem indígena e que também foi construída com o sangue e o genocídio dos indígenas desde a invasão de colonizadores europeus. A mídia burguesa, que domina o monopólio de comunicações com jornais, televisões e rádios do estado, nada fez para denunciar mais um crime cometido pela burguesia da cidade. Isso mostra a cumplicidade e o acobertamento dos jornais burgueses que dominam as áreas de comunicação, televisão e rádio da cidade. Essa cumplicidade e acobertamento da burguesia, das oligarquias da cidade, revela a decomposição do capitalismo, na sua fase impe-

rialista, que é de barbárie contra os oprimidos e os mais pobres, indígenas e camponeses que vêm sofrendo com esses tipos de crime cometidos pela burguesia. Esse conflito que acontece no oeste de Santa Catarina é apenas um dos conflitos que vêm ocorrendo no sul do país e que já dura 500 anos.

O POR se coloca ao lado dos indígenas e de suas lutas, assim como das famílias dos pequenos camponeses. Defendemos que somente a unificação

das lutas dos indígenas, das famílias dos pequenos camponeses, junto com a de todos os trabalhadores e a juventude sob a estratégia da classe operária pode propiciar uma verdadeira resistência à opressão que sofrem. As reivindicações por demarcação e por terras devem se vincular à luta mais geral do proletariado pela revolução social, o ou seja, pela expropriação dos grandes proprietários e socialização das terras no marco da ditadura do proletariado.



Retomada do Povo Kaingang em Chapecó-SC foi alvo de disparos de arma de fogo, mais de 30 cápsulas de deflagradas de fuzil foram entregues à Polícia Federal

São Paulo

Na escola Décio, a rejeição ao PEI expressou o repúdio à diretora interventora e à continuidade da luta contra o fechamento do noturno

No momento em que a Diretoria de Ensino Leste 3 informou que havia indicado 10 escolas para se transformarem em PEI, as escolas de São Mateus que lutaram contra o fechamento do noturno, Isaac, Breno, Décio e Silvana, imediatamente, se colocaram em pé de guerra contra mais esse ataque de Tarcísio.

O dirigente de ensino da Leste 3 seguiu a orientação da Secretaria da Educação de fazer uma votação relâmpago, envolvendo os estudantes, pais, professores e funcionários. Isso para que não houvesse uma campanha por parte dos militantes da Apeoesp e dos professores, principalmente. Fez parte dessa orientação, a exigência de que os diretores de escolas armassem o circo, iniciando com um vídeo fabricado pelo governo sobre as maravilhas dos PEIs. E que as reuniões fossem por períodos nas escolas. Toda a teatralização tinha o objetivo de mostrar que se trava de uma consulta democrática.

Na escola Décio, a atual diretora interventora, colocada pelo ex dirigente da Leste 3, não conseguiu esconder seu autoritarismo.

Primeiro, disse que os militantes da Apeoesp não poderiam entrar na escola para conversar com os professores, porque ela tinha de zelar pelo espírito de “neutralidade” na eleição. Mentira! Porque já havia falado pelos quatro cantos da escola que era favorável ao PEI. Portanto, ela não era neutra. Segundo, porque não admitia a posição do sindicato contrária ao PEI. O que ela não contava era com a organização rápida dos professores e alunos contra mais esse ataque do governo. Assim, que começou a passar o vídeo, os estudantes e pais começaram a zombar da farsa. Logo o autoritarismo caiu por terra e permitiu que a Apeoesp tivesse acesso à escola e à fala. Em segundo, passou a se colocar contra o PEI. É claro, tudo uma encenação.

O resultado da votação: 940 contra o PEI e 112 a favor. Apesar da rejeição, é preciso manter a mobilização, porque nada garante que Tarcísio irá respeitar a decisão dos estudantes, professores e pais. Cabe à direção da Apeoesp encaminhar a luta coletiva. O movimento por escola acaba favorecendo Tarcísio.

São Paulo

A luta contra a imposição do PEI nas escolas da norte I

O governo direitista de Tarcísio de Freitas mantém sua política de ataque às escolas públicas estaduais. Na semana de 12 a 19 de maio, divulgou a lista de escolas que foram indicadas pelos dirigentes regionais que seriam convertidas ao Programa de Ensino Integral (PEI), com adesão dos respectivos diretores da unidade

escolar. Diferentemente das outras vezes, a Seduc desconsiderou a decisão dos Conselhos de Escola e jogou nas costas dos pais e responsáveis a decisão sobre a adesão ao PEI, através da chamada “escuta qualificada”. Aos diretores das unidades coube a manifestação de adesão e a propaganda do programa.

Na Diretoria de Ensino da região Norte 1 foram indicadas 18 escolas, em um curto espaço de tempo para mobilização e bloqueio da medida autoritária do governo. No entanto, na maioria das escolas em que havia militantes/conselheiros houve rejeição de quase 100% do programa. Na EE Pio Telles Peixoto, da região da Vila Jaguará, de 100 responsáveis presentes nas reuniões, apenas 2 se manifestaram favoráveis. O restante rejeitou veementemente entendendo a gravidade em transformar da escola regular em PEI. Entendem que os estudantes ficarão trancafiados por 9 horas na mesma escola falida que ficam por 5 horas semanais e que não sofrerá qualquer mudança favorável aos estudantes.

Em 2024, o estado de São Paulo tinha 2.332 escolas com o Programa de Ensino Integral (PEI), representando 44% da rede esta-

dual. Isso corresponde a uma expansão significativa em comparação com 2018, quando havia 364 escolas com o PEI. Isso demonstra que a única forma de barrar o avanço desse programa é através da luta estadual com os métodos da ação direta, que são a greve, as grandes manifestações de rua, os bloqueios de avenidas. Por isso, cabe lembrar que a medida foi imposta logo após a direção da Apeoesp ter desmobilizado a greve na sexta-feira anterior, dia 9 de maio. Assim, deixou o governo livre para implantar medidas autoritárias, mudar as regras de escolha dos PEI's e outras medidas nefastas que estão sendo divulgadas a cada dia e que penalizam os estudantes e professores.

Santa Catarina - Chapecó

Assédio sexual em escola militar é denunciado

Em Chapecó, na Escola Cívico-Militar Irene Stonoga, as alunas denunciaram o assédio sexual praticado por militares. A escola, que integra o modelo cívico-militar desde 2019, vem sendo alvo de denúncias e críticas de estudantes e da comunidade local. Os crimes de assédio e abuso de autoridade têm sido praticados com frequência. Em Florianópolis, doze meninas, estudantes do ensino fundamental na Escola Cívico-Militar Idelfonso Linhares, denunciaram o caso de assédio por parte de um capitão reformado do Exército. O caso ocorreu em 2022.

A escola Irene Stonoga, alvo das últimas denúncias de assédio, foi a primeira escola a adotar o programa cívico-militar na cidade de Chapecó. Não foi ao acaso a escolha dessa instituição, que, em 2016, foi ocupada por estudantes que, na época, lutavam contra medidas do governo de promover o desmonte na educação. Entre as pautas estavam a reformulação do Ensino Médio (MP 746), a PEC 241, que previam o congelamento do teto de gastos em áreas sociais, e impunham a Lei da Mordada.

Após dois dias de ocupação, a direção manteve os alunos presos em um corredor por 14 horas, até a chegada da Polícia Militar, que invadiu a escola com fuzis em punho. Este evento serviu para que políticos de direita da região, como a deputada Carol de Toni-PL, indicassem a escola Irene Stonoga para integrar o programa cívico-militar, sem consulta a estudantes e à comunidade local.

A militarização das escolas não é solução para nenhum problema educacional. Em Santa Catarina, por exemplo, o valor investido com infraestrutura por aluno foi estimado em R\$ 1.700,00 nas escolas cívico-militares, enquanto, no restante da rede estadual, esse valor foi de apenas R\$ 920,00 no período entre 2021 e 2024. Apesar de receberem quase o dobro do investimento por aluno, as escolas cívico-militares de Santa Catarina tiveram uma queda no IDEB do

ensino médio de 8% maior que as demais da rede estadual.

Isso expõe um dado que revela o fracasso desse programa autoritário, caro e ineficiente. O projeto de militarização nas escolas de Santa Catarina continua. Só neste ano de 2025, cinco novas escolas integrarão o programa. Não se trata de melhorar a educação, mas de usar a educação como palanque ideológico de barganha política.

Nesse caso mais recente de assédio na escola de Chapecó, as denúncias foram ignoradas e deslegitimadas pela direção da escola. Essa cumplicidade e acobertamento da direção da escola, de políticos de direita e esquerda, da imprensa local e das igrejas demonstra uma manifestação de que esses setores concordam com a política reacionária que o governo vem impondo sobre as massas.

O predomínio do colonialismo, com sua ideologia direitista, prevalece na cidade de Chapecó e no estado de Santa Catarina, com o apoio das oligarquias e o silêncio de setores da comunidade conservadora. Esse caso é sintomático de um modelo educacional construído sobre pilares autoritários, hierárquicos e patriarcais.

O POR vem reafirmar que somente a unificação das lutas entre os trabalhadores e a juventude pode tornar a escola um espaço autônomo de crítica e liberdade, combater a militarização das escolas de ensino básico e enfrentar o avanço do autoritarismo. Mas essa luta exige romper com a paralisia, o corporativismo e o governo que hoje dominam grande parte das entidades estudantis, como a UNE, a UBES, os DCEs e os CAs.

Estudantes e trabalhadores devem se unir em defesa de um sistema único de educação, gratuito, laico e vinculado à produção social, uma escola sob o controle de quem nela trabalha e estuda, livre da tutela do Estado burguês e sem lugar para militares.

Condições de trabalho e estudo nas universidades vão de mal a pior

Não é de hoje que as condições de estudo e trabalho na maioria das universidades públicas são precárias, mas nos últimos anos, diante do avanço da crise capitalista, a situação piorou ainda mais. Dia após dia os jornais estampam as péssimas condições estruturais, que aliadas à ampla terceirização dos serviços básicos, formam o quadro de decomposição da universidade. Os governos Temer e Bolsonaro atacaram a educação profundamente, seja com os cortes frequentes no orçamento das universidades, seja com a própria reforma do Ensino Médio. O governo Lula, expressa a continuidade dos governos anteriores também no campo da educação. Manteve

os principais aspectos da reforma educacional e aprofundou outros, manteve a política de cortes de verba. O mais recente, neste mês de maio, bloqueou as verbas mensais para as universidades prometendo liberá-las só em novembro e dezembro.

Na UFRJ, a situação é de calamidade. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) tem apresentado problemas estruturais graves contanto com movimentações espontâneas dos estudantes, incluindo o método das ocupações. Também no RJ, a UERJ, em relatório da própria universidade, apresentou problemas como o teto caindo, goteiras, falta de ventilação, iluminação precária, risco

de incêndio e falta de saídas de emergência. Em Santa Catarina, na cidade de Chapecó, no dia 3 de abril, os estudantes da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) ocuparam a reitoria contra as péssimas condições estruturais, além da falta de professores. Nesse particular, cabe destacar o grande número de contratações precárias de professores em todas as federais e estaduais. No Rio Grande do Sul, um ônibus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) perdeu os freios matando 7 pessoas e ferindo dezenas. As condições do transporte universitário fazem parte das condições estruturais da universidade. Em São Paulo, a Fatec de São Carlos sofre com as chuvas, tendo prédios alagados e goteiras por todo lado. Ainda em SP, a USP, apesar do superávit de R\$ 5 bilhões, enfrenta péssimas condições de trabalho e estudo. Os dias de calor extremo expuseram toda a deterioração dos prédios, salas de aula e laboratórios, além dos restaurantes universitários que são poucos e formam enormes filas. Soma-se a isso o problema do Hospital Universitário, que sofre de subfinanciamento e as condições de permanência estudantil, com bolsas insuficientes em quantidade e com valor abaixo do necessário, que atrasam, além da estagnação na quantidade de moradias oferecidas. Os exemplos não param por aí, mas indicam um problema crônico. As estaduais citadas, apesar de não sofrerem com esse corte, demonstram que a crise vai muito além dessa medida do governo.

A raiz do problema está na política dos governos federais e estaduais, em particular na política de destinação de verbas para os parasitas da dívida pública, através do chamado arcabouço fiscal de Lula/Alckmin/Haddad, que substituiu o teto de gastos do governo Temer, mantido no governo Bolsonaro. O subfinanciamento das universidades se choca com a demagogia dos governos de valorização da educação. A justificativa é de que a responsabilidade é do governo anterior. Nesse jogo de empurra-empurra, são os estudantes e trabalhadores que levam a pior.

Os problemas se manifestam isoladamente, em cada universidade, mas expressam as condições gerais de trabalho e estudo no interior das mesmas. A resposta, portanto, deve ser dada de

■ Ataques da extrema-direita nas universidades

As tendências reacionárias estão presentes no mundo todo, em diversos níveis e com diferentes atitudes. Seja nas eleições de candidatos que expressam abertamente sua xenofobia, ódios aos LGBT+, aos negros, aos pobres etc., seja nas ações violentas contra aqueles que defendem os interesses dos oprimidos, como nos frequentes ataques contra aqueles que lutam pelo fim do genocídio na Palestina, ou em uma escala menor, mas também importante, os ataques reacionários nas universidades do país. Dois casos recentes chamam a atenção, na USP e na UFF. Em ambas, grupos reacionários, alguns ligados ao MBL, UDN e PL, circularam pelas universidades, gravaram vídeos coagindo e provocando estudantes e professores, arrancaram cartazes do movimento estudantil etc. Na USP, a polícia e a guarda universitária, a serviço da Reitoria, atuaram para proteger os agressores e prendeu dois estudantes que agiram para expulsar os agentes reacionários. Na Universidade Federal Fluminense foi ainda pior, os agressores, que portavam soco-ínglês e outros objetos, acreditam uma estudante. Os estudantes da universidade partiram na defesa da jovem e agrediram o reacionário que foi levado para o hospital com ferimentos graves.

A resposta política que o movimento deve dar contra esses ataques passa necessariamente por compreender as raízes desse problema. A erva daninha das tendências reacionárias, fascizantes, crescem justamente no terreno deixado pela luta de classes, e seu fertilizante é o aprofundamento da crise capitalista. Quanto mais o capitalismo estrangula a condição de vida das massas empobrecidas e da classe média, mais aumenta a horda de reacionários que

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:

**A mulher
no processo
revolucionário**



Textos dos clássicos do
marxismo e do POR boliviano
sobre a questão da mulher

2ª edição



POR
PARTIDO REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

conjunto. As manifestações pontuais e localizadas só podem ter um alcance limitado. Cabe às direções do movimento estudantil, principalmente a UNE, o papel de generalizar e unificar as lutas, formando uma unidade nacional em defesa das condições de estudo e trabalho nas universidades. Pelo contrário, a UNE tem trabalhado para impedir essa unificação, uma forma de blindar o governo. A linha política apresentada pela atual direção da UNE para o Congresso, que acontece em julho, enaltece o chamado "Tsunami na educação", na época dos cortes do governo Bolsonaro. Agora, com os cortes de Lula, a resposta é tímida. A luta deve ser para tirar essas direções da paralisia e para superá-las, através das oposições classistas e revolucionárias nas universidades.

encontra na mídia e nos círculos próprios as fáceis explicações para sua própria situação de empobrecimento. Essa situação é potencializada pela profunda crise de direção dos trabalhadores.

A crise capitalista internacional tem imposto aos países, especialmente os de capitalismo atrasado como o Brasil, uma série de políticas econômicas regressivas. Ajustes fiscais, contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária, cortes de recursos para os serviços públicos, cortes nas universidades, arcabouço fiscal, além do parasitismo da dívida pública. Essas políticas, por sua vez, têm arrastado um contingente cada vez maior para a pobreza, miséria e fome. Os dados mascarados do governo, como a queda no desemprego, mal ocultam a massa de milhões de trabalhadores terceirizados e informais que sobrevivem com um salário miserável todo mês.

A experiência histórica ensina que só há uma forma de combater as tendências reacionárias, que é com a força da ação coletiva e organizada das massas em luta. Os grupos que têm se sentido à vontade para entrar nas universidades, arrancar cartazes do movimento estudantil, provocar estudantes e professores, se apoiam na ausência de luta massiva e organizada. Com a maioria dos estudantes e trabalhadores inertes, a extrema-direita avança. A questão que se coloca então é a de como colocar as massas em movimento para conter as tendências fascizantes e seus ataques.

A tarefa de organizar e impulsionar o movimento passa por defender as reivindicações que colocam os estudantes e trabalha-

dores em luta, que são suas necessidades mais sentidas. Portanto, a autodefesa, a expulsão dos reacionários, o combate às tendências fascistas deve ser consequência das massas mobilizadas. Aí surge um problema de primeira ordem, as direções políticas que majoritariamente se apoiam na conciliação de classes.

A UNE, que se encontra em fase de preparação para seu Congresso, apresenta uma linha de defesa do governo Lula e atribui a responsabilização de todos os problemas ao governo anterior. Ocultam assim que o atual governo é de continuidade das políticas econômicas mais importantes de Temer e Bolsonaro, por exemplo, a manutenção das altas taxas de juros, a manutenção de todas as contrarreformas, a terceirização, o arcabouço fiscal (nova forma do Teto de gastos) etc. Assim, a direção da UNE transforma a entidade estudantil em um instrumento de defesa da governabilidade. A crise de direção se impõe como uma barreira na luta contra as tendências fascistas. O “anti-fascismo” da UNE é meramente elei-

toral, o que é completamente insuficiente para responder às tendências fascistas reais que surgem na luta de classes.

Na USP e na UFF, universidades que sofreram ataques recentes, os problemas estruturais estão na ordem do dia. Na Universidade de SP, os estudantes enfrentam filas quilométricas para almoçar e jantar, a moradia estudantil está aos frangalhos, as ações de permanência estudantil são precárias, além de diversos problemas nas salas de aula e laboratórios. Na UFF, os problemas são semelhantes. Os cortes de verba por parte do governo Lula estão na ordem do dia, no entanto, esses temas têm sido secundarizados pelas direções dos DCEs (principalmente PSOL e UP). A tarefa de derrotar as direções conciliadoras e francamente governistas, que estão há décadas encasteladas na UNE, passa por combater aquelas que supostamente fazem oposição. A fragilidade do movimento estudantil diante dos ataques da extrema-direita é responsabilidade também das direções pequeno-burguesas no interior das universidades.



■ Boletim juventude em luta – Universitários – abril

O Boletim inicia com o texto “Trump aprofunda a guerra comercial. É preciso organizar o combate estudantil contra a barbárie capitalista”. Nele vai mostrar o conflito de Trump com as grandes universidades, especialmente Harvard, buscando impor sanções para que não haja resistência a sua política. Diz que esse conflito indica que não existe real autonomia universitária e nem liberdade de expressão e manifestação coletiva das massas. Aponta que no Brasil, também há ausência de real autonomia universitária e assistimos a profundos cortes orçamentários na educação. Na guerra comercial de Trump, os trabalhadores e a juventude arcarão com o maior peso. A resposta dos explorados e oprimidos se encontra na luta organizada e unida. Conclui convocando os estudantes a organizarem o combate pelas reivindicações mais elementares, organizando as oposições classistas e varrendo as direções conciliadoras e traidoras das entidades estudantis.

O Boletim denuncia também a escala 6x1. Aponta que a juventude “de um lado, vê o fantasma do desemprego, que assombra enorme parcela dos jovens; de outro, o trabalho precarizado, com baixos salários, com pouquíssimos direitos, com jornadas estafantes e sem perspectiva de estabilidade”. Mostra que pouquíssimos estudantes se formam no ensino superior e que entre esses somente um número muito reduzido consegue trabalhar em sua área de formação. Denuncia que a burguesia culpa o estudante individual por um problema social. Conclui defendendo “uma verdadeira luta contra a escala 6x1, contra as contrarreformas trabalhista e previdenciária e em defesa do emprego e salário”. Rejeita as ilusões parlamentares e defende a unificação das lutas e a necessidade de “cobrar que as entidades estudantis, sindicatos e centrais sindicais organizem um Dia Nacional de Luta contra a retirada de direitos”.

O Boletim traz também uma matéria que defende “unir a juventude universitária, secundária e os trabalhadores para combater a militarização da educação”. Faz a denúncia da paralisação das organizações estudantis e de trabalhadores e convoca os estudantes universitários, em aliança com os secundaristas, a lutar contra a militarização das escolas públicas. Mostra que “são inúmeras as denúncias de violência, racismo, homofobia, além da

imposição de regras estéticas (proibição de determinados cortes de cabelo, piercings, maquiagens etc.)” nas escolas militarizadas. Diz que “lutar contra a militarização das escolas do ensino básico é lutar contra a militarização e o autoritarismo em geral (...). A juventude universitária e a secundarista devem se unir em defesa escola pública, gratuita, laica, vinculada à produção social. Devem lutar pelo controle da educação por quem trabalha e estuda, pela completa independência diante do Estado e pelo fim da militarização da escola”.

O Boletim finaliza com a matéria “Retomada da carnificina e genocídio na Palestina: é preciso erguer uma frente única anti-imperialista para pôr fim ao massacre!”, que mostra que o acordo de cessar-fogo havia sido rompido pelo Estado sionista de Israel. Mostra os terríveis dados que retratam o genocídio: “62 mil palestinos mortos, sendo 22 mil crianças, 13 mil mulheres, ao menos mil assassinadas grávidas, 1068 profissionais de saúde, 208 jornalistas, mais de 300 trabalhadores humanitários. Isto significa, que o extermínio de Israel chega, aproximadamente, a 11% da população da Faixa de Gaza”. Aponta também a perseguição de Trump aos que se levantam nos EUA em defesa dos palestinos e que “A retomada dos bombardeios e a invasão das áreas desocupadas na primeira fase do acordo devem ser condenadas e combatidas, reorganizando a luta nas universidades, nas ruas. Reerguer comitês de frente única anti-imperialista pelo fim do genocídio, contra as anexações e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida”. Denuncia a perseguição que também ocorre no Brasil aos “que se posicionam contra a ocupação militar do Estado de Israel na Faixa de Gaza, a carnificina e a anexação territorial”, rejeita as falsas acusações de antissemitismo mostrando que “a luta pelo direito à autodeterminação dos palestinos e de qualquer nação oprimida se choca com a história do antissemitismo do passado e do presente, que impuseram tragédias ao povo judeu, sendo a mais brutal o Holocausto nazista. A responsabilidade da matança na Faixa de Gaza não é do povo judeu, mas da burguesia e de seu governo israelita-judia”. Conclui chamando “os estudantes e todos os trabalhadores a defender os professores e estudantes que vêm sendo perseguidos por sua posição antissionista”.

São Paulo - ABC

Reunião da CPE discutiu a política para o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da FASUBRA

Em 21 de maio, ocorreu o Encontro da Corrente Proletária na Educação, de forma híbrida, reunindo Técnico-Administrativos em Educação do SinTUFABC, SINTEF (UFGD) e SINTEST-RN (Universidades Federais do RN). A partir de informes locais, observou-se o processo de desmonte dos serviços públicos no país, particularmente da educação pública, por meio de formas de organização do trabalho que aprofundam a exploração, a exemplo da terceirização e do teletrabalho. Apesar das greves e paralisações em algumas categorias, é profundo o atraso político-ideológico e a falta de confiança nos sindicatos/direções sindicais. Nesse sentido, ressaltou-se a importância deste Encontro no sentido de fortalecer a política classista e aqueles que a encarnam.

Em preparação para o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da FASUBRA-Sindical, que ocorrerá entre os dias 6 e 7 de junho em Brasília, houve a leitura compartilhada do rascunho do

Manifesto da CPE, seguida de uma rica discussão. Além do acordo com o rascunho, elaborado a partir do acúmulo dos encontros anteriores, foram elencados diversos itens para serem incorporados ao material, como a defesa do salário-mínimo vital; da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; da efetivação das trabalhadoras terceirizadas; da crítica ao teletrabalho; da aplicação das legislações de proteção à mulher; da licença menstrual; de espaços de acolhimento de crianças nas instituições de ensino e plenárias sindicais; do fortalecimento da organização sindical para combater o assédio; do direito ao trabalho e à maternidade; da saúde pública, dentre outros.

O próximo Encontro ficou agendado para 18 de junho, quarta-feira, 18h, com a pauta: Informes; Balanço do Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora e da Plenária Nacional Geral da FASUBRA, e Formação sobre os 90 anos do POR Boliviano.

São Paulo

Sobre a participação do POR no podcast Salamaleiko

A participação do Partido Operário Revolucionário (POR) em debates públicos, como no podcast Salamaleiko, expressa a política classista e revolucionária que o POR trabalha para levar às massas exploradas. A presença de seus militantes em diferentes plataformas é uma tática para furar o bloqueio da mídia burguesa e dialogar com amplos setores, especialmente da juventude e dos oprimidos, levando a política proletária pela derrubada do capitalismo e construção do socialismo, impulsionando a consciência de classe e a organização independente. A intervenção direta do partido nos sindicatos e movimentos sociais são fundamentais para a organização e penetração das ideias revolucionárias. A história mostra que a luta por um programa próprio de reivindicações dos explorados é fruto da luta de classes, portanto da ação direta coletiva. A força motriz da revolução está na ação coletiva das massas exploradas, organizadas em torno a uma direção revolucionária.

Neste podcast, voltado à comunidade muçulmana, demonstrou-se a crise de direção revolucionária, exposta por Trotsky no movimento operário internacional. Trata-se de uma questão histórica da luta do proletariado e não das divisões existentes entre as religiões. Essa ausência de direção impede que a força das massas

oprimidas se traduza em vitórias duradouras. O sistema capitalista se mantém fomentando divisões, enquanto a política operária do POR busca a unidade de todos os explorados contra a burguesia e o imperialismo.

Por isso, ao intervir em espaços como o Salamaleiko, o POR busca discutir questões como a necessidade de organizar a luta anti-imperialista, como parte da luta contra toda a forma de exploração e opressão nacional. A solidariedade de classe - como se expressa na defesa incondicional do povo palestino - implica concretamente organizar a luta de classes contra o domínio da burguesia e do imperialismo.

A tarefa histórica do POR é intervir ativamente na realidade, organizando os explorados para a tomada do poder, construindo o partido revolucionário e preparando a revolução socialista. A política do POR se dirige a todos os cantos do mundo, incluindo as comunidades do Oriente Médio e a comunidade árabe, com o chamado à unidade dos povos oprimidos sob a direção do proletariado. Que experiências como esta inspirem outros setores explorados a se somarem à luta revolucionária, conscientes de que sua emancipação será obra de suas próprias forças.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Eleição para a diretoria do ANDES-SN

Vitória da Chapa I (PSOL) sinaliza o aprofundamento do governismo e da burocratização

A tarefa é de fortalecer a oposição classista e revolucionária

Nos dias 07 e 08 de maio, docentes de todo o país participaram das eleições para a nova diretoria do ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público. Quatro chapas se inscreveram, expressando novas divisões no movimento sindical docente. Dos 65.800 eleitores em potencial, apenas 14.798 votaram;

ou seja 73% dos sindicalizados se abstiveram. Publicamos abaixo os resultados e as forças políticas que hegemonizam cada chapa, que agregam também professores não organizados em coletivos e partidos.

Resultados:

Chapa 1 Andes pela base: diversidade e lutas (ALB/PSOL)	6.453 votos	43,61%
Chapa 2 Renova ANDES (O Trabalho/PT)	2.390 votos	16,15%
Chapa 3 Andes-SN Classista e de Luta (Coletivo Rosa Luxemburgo, CAEL/PSTU, CPE/POR e ART)	2.015 votos	13,62%
Chapa 4 Oposição para renovar o ANDES-Sindicato Nacional (Correntes majoritárias do PT)	3.575	24,16%
Em Branco	145	0,98%
Nulo	220	1,49%

A eleição aconteceu em um momento de aprofundamento da crise das Universidades, em que o governo Lula dá continuidade à política de estrangulamento orçamentário, favorecimento do privatismo, arrocho salarial do funcionalismo, manutenção das contrarreformas e impulsionamento da contrarreforma administrativa de forma fatiada. A crise política que se manifesta no plano nacional na polarização entre o PT e sua coalizão de centro-direita e a extrema direita bolsonarista e golpista, expressa a direitização da política burguesa e incide também nas movimentações das correntes reformistas, resultando em crises e cisões. O PSOL, que surgiu em 2003 como oposição ao governo Lula após a aprovação da contrarreforma previdenciária, hoje compõe a base do governo e caminha para uma maior integração ao Estado.

A crise política se manifestou no interior do movimento docente, sobretudo a partir da experiência com a greve das universidades federais, o que teve como efeito mais visível a divisão no Fórum Renova Andes, braço do PT no sindicato, resultando nas chapas 2 e 4. Às vésperas da inscrição da pré-candidatura, o PCB rompeu com a ALB, retirando-se da construção da chapa 1. As críticas ao “hegemonismo” e “sectarismo” indicam que se tratou de uma cisão aparelhista, pois não houve nenhuma diferenciação quanto à política implementada no último período ou em relação aos métodos adotados.

A Chapa 3, portanto, esteve na contratendência, ampliando a unidade entre diferentes correntes que atuam na oposição à esquerda no ANDES-SN. Tratou-se de uma frente composta pelo Coletivo Andes em Luta (CAEL/PSTU), Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART), Coletivo Rosa Luxemburgo e Corrente Proletária na Educação (CPE/POR). Dois coletivos de oposição à esquerda: Militância Classista e Graúna, se retiraram da construção coletiva horas antes da inscrição da chapa e não emitiram posicionamentos públicos no processo eleitoral, na base desse afastamento estão antigas divergências com o coletivo Rosa Luxemburgo.

As Chapas 1, 2 e 4 compuseram variantes da política de conciliação de classes e obtiveram a maior parte dos votos, indicando como a categoria tem sido pautada pela política do medo em relação ao fortalecimento do golpismo e da extrema direita. A continuidade da chapa 1 contou com o peso do controle do aparelho do ANDES-SN, levando a uma Comissão Eleitoral blindada para os questionamentos das chapas opositoras. Quando a Chapa 3 solicitou averiguação em relação ao aparelhamento, com realização de atividade de lançamento da Chapa 1 no mesmo local de uma atividade do sindicato e a superexposição de diretores candidatos à reeleição nas redes sociais do ANDES, teve como resposta uma acusação de “fake news”. A Chapa 4 não foi homologada por descumprimento de aspectos formais da inscrição e protagonizou uma batalha jurídica, resultando, ao final, em sua participação no pleito.

A continuidade e o aprofundamento da linha governista levarão a uma maior estatização e burocratização do sindicato. Nos debates, o futuro presidente do ANDES-SN manifestou seu incômodo com as teses enviadas pela Corrente Proletária na Educação aos Congressos. A tendência é a de que a nova diretoria proponha medidas mais restritivas à democracia sindical, o que exigirá da oposição firmeza e atenção para impedir mais retrocessos. O acordo assinado ao fim da greve de 2024, por meio da indução da diretoria e do Renova, dificultará novas greves no âmbito federal, exigindo da categoria esforços redobrados para lutar pela reposição da inflação, por orçamento para as instituições de educação e para derrubar a contrarreforma Administrativa em curso. A continuidade da subordinação das lutas ao terreno das redes sociais e da institucionalidade servirá como um desvio e amortecimento da disposição de luta da categoria, a Corrente Proletária na Educação deve auxiliar os professores a fazerem a experiência com as direções vacilantes e traidoras, batalhando por constituir uma fração realmente classista no movimento docente.

Será necessário expor cotidianamente a incompatibilidade da defesa da Universidade, dos salários, aposentadorias e direitos e a defesa do governo Lula/Alckmin, cuja prioridade é atender ao capital financeiro, por meio do Novo Arcabouço Fiscal, das contrarreformas e privatizações. O enfrentamento à extrema direita golpista dependerá da capacidade do proletariado ter uma política própria, agregando os demais trabalhadores no sentido da oposição revolucionária ao governo. Nas universidades estaduais, a tendência é a de eclosão das lutas por financiamento, contra o arrocho salarial e a precarização. A falta crônica de docentes efetivos esteve na base das últimas greves, a exemplo da greve estudantil da USP, em 2023, contra a política de arrocho de Tarcísio (Republicanos) e a reivindicação da greve da UECE de 2024 (fortemente criminalizada pelo governo petista de Elmano). As estaduais e municipais sofrem profundos ataques à autonomia universitária e reagem com greves, a exemplo das estaduais do Piauí (penalizada com corte de salários pelo governo Rafael Fonteles PT) e as lutas no Paraná contra a Lei Geral das Universidades, do governo direitista de Ratinho Júnior (PSD).

Será papel de uma oposição classista demonstrar a conexão entre a crise política e da Educação no Brasil, com o cenário internacional, marcado pelas guerras de dominação, contrarreformas, destruição ambiental e decomposição da democracia burguesa. O quadro catastrófico, de aprofundamento da barbárie social, deve ser apresentado não para alimentar lamúrias e uma política de acovardamento e contentamento com migalhas, mas sim para que contingentes mais amplos da categoria percebam que não é viável reformar o capitalismo e democratizar o Estado burguês. A luta pelas reivindicações precisa estar vinculada à luta anti-imperialista, baseada no internacionalismo proletário e na defesa da revolução socialista.

Analisando os números das eleições na última década, vemos que apesar do retorno de algumas seções sindicais ao ANDES-SN, após romperem com o Proifex, o número de sindicalizados está em declínio, passando de 70.473 em 2014, para 65.800 em 2025. Apesar da importância da greve das federais de 2024, tivemos uma campanha eleitoral bastante esvaziada e fria, com uma queda no número de votantes, passando de 16.351, em 2023, para 14.798, em 2025. A distribuição dos votos entre os agrupamentos políticos manteve aproximadamente a proporção, com a ALB novamente ganhando com 43% dos votos, somados os votos nas duas chapas do Renova, chega-se a 40%, um ponto a menos do que o percentual obtido em 2023, e a oposição à esquerda ampliou um ponto, chegando a 13% dos votos. Em 15 seções sindicais a Chapa 3 foi a mais votada, em geral são locais dirigidos pelas correntes de oposição ou naqueles em que nos destacamos nas lutas da categoria. A CPE tem defendido nos congressos que o ANDES passe a adotar a proporcionalidade, com base no princípio do sindicato como um organismo de frente única e com o objetivo de garantir uma maior representatividade das diversas posições políticas existentes na categoria. Além disso, defendemos que a eleição das diretorias regionais seja feita pelos eleitores das regionais, evitando o artificialismo com secretarias regionais desconectadas da categoria.

O programa da Chapa 3 e as posições da CPE

Por ser uma frente, em que a CPE se integrou de forma minoritária, muitas das ideias da plataforma eleitoral da Chapa 3 não corresponderam ao nosso programa. Defendemos que as posições divergentes fossem debatidas e deliberadas nas plenárias. Infelizmente, pela dimensão nacional e falta de recursos, a maior parte dessas plenárias foram virtuais, o que dificultou debates mais elevados. As dificuldades na construção da chapa também levaram a um tempo bastante curto para o aprofundamento das discussões programáticas. Destacamos alguns pontos do programa da cha-

pa, em alguns temas conseguimos incorporar aspectos de nosso programa, em outros as formulações mesclaram diferentes linhas políticas ou reafirmaram aspectos do programa reformista para a Universidade.

1. A chapa 3 se colocou no campo da oposição pela esquerda ao governo Lula, indo além da autodeclaração de independência que todos fazem, inclusive os membros do PT e do PSOL, partidos que são governo. Nós da CPE, defendemos que seja uma oposição revolucionária, sem alimentar nenhuma ilusão de que uma candidatura à esquerda de Lula seja capaz de promover reformas significativas ou mesmo frear a destruição de direitos no país. A forma de “oposição pela esquerda” abrigou duas linhas distintas, a da CPE/POR, de oposição revolucionária, e a do CAEL/PSTU de oposição de esquerda de conteúdo eleitoral; o coletivo Rosa Luxemburgo tentou limitar a declaração de oposição às medidas do governo que ataquem os trabalhadores.

2. A chapa 3 defendeu a retomada dos métodos históricos dos trabalhadores, da ação direta coletiva, com mobilizações e greves, contra a canalização da luta para o terreno parlamentar e das redes sociais.

3. A chapa 3 defendeu a revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciárias e que devemos enfrentar nas ruas o pacote de Contrarreformas de Lula, que afeta principalmente aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência. A CPE desenvolveu e desenvolve a campanha por um verdadeiro Dia Nacional de Lutas com bloqueios e paralisações.

4. Em relação à política educacional, a plataforma da chapa se baseou nas bandeiras do “Caderno 2: Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, ainda que tenha se comprometido em abrir o debate sobre o balanço e atualização do Caderno 2. Nós da CPE temos apontado a necessidade de um programa proletário que enfrente a mercantilização da educação com a defesa da estatização, sem indenização, da rede privada, e a criação de um sistema único, público, gratuito, laico, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham. Assim como pelo governo tripartite das universidades (de estudantes, professores e técnicos), com soberania da assembleia geral universitária e voto universal. Rejeitamos o Caderno 2 como um programa reformista e eclético, incapaz de enfrentar o programa da burguesia de destruição da Educação Pública, por meio da privatização e expansão do Ensino a Distância (EaD).

5. Sobre a Carreira, a Chapa 3 defendeu prioritariamente os critérios estabelecidos no Caderno 2, mas também alertou a categoria que os planos de carreira têm sido usados pelos governos para aplicar pontos da reforma administrativa. Criticou a linha da diretoria de propor projetos de lei que servirão para o parlamento retirar direitos; e de rebaixar salário de ingresso. Constatou no programa que: “Não podemos renunciar à defesa histórica do movimento operário de que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital, suficiente para uma família de 4 pessoas. Nos cálculos do DIEESE, em dezembro de 2024, o salário mínimo deveria ser de R\$ 7.067,68. A centralidade do sindicalismo classista deve ser a luta geral dos trabalhadores no país para garantir esse salário mínimo e, no âmbito do funcionalismo, defender a reposição imediata das nossas perdas inflacionárias e o fortalecimento da luta contra a reforma administrativa em curso”.

6. A Chapa 3 defendeu que “as diversas formas de opressão, não são fenômenos puramente culturais, possuem raízes profundas nas sociedades de classes, com suas dinâmicas de exploração e justificativa de subordinação, conectam-se com as estruturas herdadas de nossa formação social marcada pela violência contra os povos originários e a exploração do trabalho escravizado”. Defendeu que as pautas contra as opressões sejam vinculada com as lutas mais gerais dos trabalhadores “tais como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, via ampliação os postos

de trabalho; pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária, destacando o peso maior que recai sobre pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+; pela autodeterminação dos povos indígenas e soberania sobre seus territórios; pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, pelo SUS”; dentre outras. Essas bandeiras convivem, na plataforma programática, com respostas políticas baseadas nas ações afirmativas, representatividade e visibilidade. Nós da CPE não nos opomos à implementação das ações afirmativas reivindicadas pelos movimentos, porém afirmamos que essas medidas não são capazes de arrancar a raiz da opressão, o que depende da luta revolucionária pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

7. Em relação à questão ambiental, a Chapa 3 se propôs a lutar contra a exploração de petróleo na Amazônia, contra o marco temporal, a privatização das águas e defendeu a unidade dos oprimidos e explorados do campo e da cidade.

8. A chapa 3 denunciou que a ALB e Renova se uniram para promover a desfiliação da CSP-Conlutas, movidos pelo governo e, da parte da ALB, intenções de promover mais uma divisão no movimento sindical, o que não prosperou. Propôs-se a “reabrir a discussão do debate sobre filiação do sindicato a uma central sindical classista e da necessidade de superar a fragmentação e o divisionismo do movimento sindical e popular brasileiro”. A CPE defende que façamos uma campanha por um congresso de unificação das centrais em uma única central, classista e democrática, o que só poderá ser imposto pelas bases.

9. A Chapa 3 se comprometeu a propiciar o debate sobre a proporcionalidade na eleição sindical. Nós da CPE defendemos que a chapa defendesse abertamente a proporcionalidade, mas considerando que o coletivo Rosa Luxemburgo não defende essa mudança, o CAEL propôs essa forma intermediária.

10. Em relação ao combate ao Proifes, a Chapa 3 se propôs a garantir o suporte político, jurídico e material às oposições pró-

-ANDES por meio da articulação entre as oposições de entidades federadas ao Proifes, “autônomas” e em seções sindicais em que as diretorias pretendem promover a desfiliação do ANDES-SN e desenvolver ações de formação sindical voltadas a politizar o debate sobre as origens da Proifes e a política antissindical dos governos do PT. A ALB tem dado grande destaque ao combate a essa federação artificial e pelega, mas oculta que se trata de um braço do governo Lula no movimento. Na campanha, tentou acusar a Chapa 3 de ser contra o trabalho junto às oposições, o que era falso.

Ao fim do processo eleitoral, realizamos uma reunião da CPE, com militantes e simpatizantes do POR, e avaliamos que foi positivo participar da construção da Chapa 3, compondo as candidaturas para a direção nacional e secretarias regionais. No início do processo não nos colocamos para ocupar o “triumvirato”, nome dado aos três cargos principais, porém, ao sermos indicados por independentes e por militantes de outras correntes, aceitamos por expressar um reconhecimento a nossa intervenção na greve e nossa trajetória no movimento docente. Atuamos no processo eleitoral como tribuna para defender uma perspectiva classista para o sindicato dos professores. O programa construído na frente, com seus limites, expressou a correlação de forças e o nível de consciência da ala esquerda do movimento. Consideramos muito importante que a plenária de construção da chapa tenha garantido a liberdade de expressão das posições minoritárias em nome dos coletivos. Nos debates em que participamos, expressamos o programa definido coletivamente, procurando expor uma política classista, participamos de dois debates de dimensão nacional e um regional. Na plenária de avaliação com integrantes e apoiadores da chapa, defendemos a continuidade da ação unificada das oposições, não apenas nos momentos eleitorais. Seguimos com o objetivo de construir uma fração revolucionária no movimento docente e consideramos que a atuação nas eleições sindicais fortaleceu essa construção.

Devido ao espaço, publicamos uma parte das perguntas e cortamos passagens mais descritivas. O leitor poderá ter acesso à íntegra da entrevista em

https://youtu.be/1MvYf_0Ts

As eleições do ANDES-SN e a defesa de um sindicalismo classista

Transcrição de trechos da entrevista concedida a um meio virtual pela representante da CPE na chapa 3 que concorreu à eleição do ANDES-SN

Pergunta: Estou vendo aqui que são 121 seções. Na prática como que funciona os votos? A votação ocorre de maneira fracionada? Eu posso eleger um determinado grupo aqui, outro ali?

Resposta: A nossa chapa, ela se dispõe a abrir a discussão sobre a questão da proporcionalidade. Porque hoje no ANDES, quem ganha e não precisa ser a maioria dos votos, mas quem tem mais votos leva tudo. Leva a direção inteira, é isso. Aí eu vou colocar a visão nossa, da Corrente Proletária na Educação, que não é exatamente a visão de toda a chapa. A chapa tem diferenças em relação se seria a melhor proporcionalidade.

Mas nós da Corrente Proletária na Educação, temos levado nos congressos a proposição da eleição proporcional. Porque essa diretoria desse ano, por exemplo, ela tinha uma fraqueza política,

inclusive porque ela não obteve mais de 50 % dos votos. Foi quem teve mais votos. Mas em relação ao segundo lugar, eles tiveram 2% a mais de votos. E aí leva a estrutura toda. E temos proposto também, e aí vai ter que ser um debate para ir fazendo com a categoria, mas que as eleições regionais, elas deveriam ter os eleitores da região. Porque às vezes acontece isso, que um agrupamento que é mais forte no Sudeste, ou em algum outro lugar, passa a ter a direção da regional aqui do Nordeste, Regional Nordeste 2, que é onde está Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. E às vezes isso faz com que essas direções sejam meio fictícias, sem força para organizar a luta ali, porque elas não são majoritárias naquele espaço. Temos feito reflexões de como tornar o sindicato mais democrático, como fazer com que a diretoria de fato expresse a categoria na sua diversidade política e como não fique esse monolitismo, que

dá uma engessada muito grande e faz com que setores da categoria não se identifiquem com o sindicato.

Entrevistador: queria que você falasse, o que caracteriza a chapa 3? Qual o grande diferencial dela com relação às demais? E se você puder fazer assim um breve relato do programa mesmo, o que que uniu essas diferentes correntes em torno de quais propostas para o ANDES em uma nova possível gestão?

Resposta: Vamos lá, apresentar nosso programa. É um programa de uma frente. E essa frente tem uma diversidade política. É um programa que foi construído nas plenárias, do movimento. E expressa as posições que foram ou consensuais ou majoritárias dentro desse processo de construção. O nosso principal elemento de unidade é a compreensão de que nós precisamos de uma direção classista. E o que significa esse classismo? Por um lado, é essa conexão mais profunda com os interesses dos trabalhadores. É a conexão com os trabalhadores em geral, é uma chapa que tem um compromisso internacionalista. No nosso programa, defendemos o internacionalismo proletário, de responder, de contribuir com o movimento docente, com o enfrentamento ao imperialismo, tanto as suas ações contra universidade, os serviços públicos, mas também essa violação do direito da autodeterminação nacional, dos povos, as guerras imperialistas. A chapa entende como classismo esse compromisso internacionalista.

Entendemos também como a defesa desse classismo a defesa dos interesses dos trabalhadores e não só os interesses imediatos, mas os interesses estratégicos. É uma chapa que coloca no seu programa, inclusive um compromisso de defesa do socialismo, anticapitalista, e isso vai perpassar todos os aspectos do nosso programa. Quando a gente vai falar da crise da educação. Quando isso fala de como o capitalismo se alimenta e reforça as opressões, de mostrar como a existência da humanidade está ameaçada com a continuidade do capitalismo, por conta da destruição da natureza, do meio ambiente e toda a catástrofe climática. Entendemos que isso também é um aspecto do classismo.

E outro aspecto que é justamente a reflexão de qual é o tipo de direção necessária para defender os trabalhadores docentes, para defender as universidades, os institutos federais, a educação pública como um todo. Para a gente, a necessidade de independência perante o governo, que é uma bandeira muito importante, tem mostrado que inclusive não basta se declarar independente. Porque é curioso que nos debates as quatro chapas falam: “a gente vai ser independente perante o governo, as reitorias etc.” Mas sabemos que na hora H eles acabam capitulando ao governismo. E às vezes até antes da hora H, vimos na deflagração da greve que já tinha ali a capitulação. Mas percebemos o quanto eles são incapazes de manter essa independência. Porque veja bem, como é que o pessoal do PSOL, esse setor do pessoal que está dentro do governo, junto com o PP, com o MDB, com o PSD. Como é vai ser independente perante o governo? Sabemos que não vai ser. É claro que há ali setores que estão resistindo, por exemplo, o Glauber Braga, que está sendo perseguido, mas ele não expressa essa linha majoritária. E o setor majoritário do PSOL, inclusive, está perseguindo o setor à esquerda. A exemplo da demissão de um economista que faz crítica ao novo arcabouço fiscal, etc.

[...] a gente aprova nos nossos congressos várias resoluções bastante acertadas de reivindicação de revogação de contrarreformas, de críticas às políticas educacionais do governo, etc. Porém, para isso ser real, tem que ser acompanhado da discussão sobre os métodos. E sempre nos congressos, nós da Corrente Proletária na Educação, defendemos que temos que aproveitar o congresso para discutir nossos métodos. Porque senão fica assim: “somos contra o controle de frequência na rede EBTT”. Aí quando vai alguém da base lá e fala: “bom, então a gente quer fazer um boicote a esse controle de frequência”. Porque inclusive no acordo de greve o governo falou que não ia mais fazer o controle de frequência. E está fazendo. Aí vem da base essa proposta, queremos fazer um boicote. Uma direção classista vai apoiar esse caminho, vai dar todo o

suporte para que esse caminho se desenvolva e se massifique, para que os companheiros não fiquem isolados, porque se eles ficarem isolados, a repressão vai cair em cima deles. Só que a gente vê que essa diretoria atual, ela joga tudo para os métodos institucionais, parlamentares, virtuais. A nossa chapa tem essa característica de defender os métodos da ação direta coletiva.

Na greve, nós vimos, por exemplo, as companheiras da Federal do Espírito Santo bloqueando as entradas da universidade para fazer uma ação mais contundente. Aqui em Pernambuco, fizemos bloqueios em rodovias para chamar a atenção para a crise da universidade. Temos essa defesa dos métodos da ação direta.

Entrevistador: Considerações finais

Resposta: Uma perspectiva classista vai procurar ao máximo fazer com que a categoria avance na sua politização, na compreensão e não na deformação das ideias. E quando se tem uma perspectiva que não é classista, você vai ver que vai se basear na confusão, na distorção das ideias.

[...]

Para reafirmar as nossas bandeiras de luta, nós da Corrente Proletária na Educação, entendemos que a perspectiva classista é uma identificação com a política proletária mesmo para a universidade, mesmo que a maior parte da classe operária esteja fora da universidade, mesmo que a categoria docente não seja proletária, ainda que seja assalariada. É necessária uma política proletária para universidade, é necessária uma política proletária para o movimento docente. O que significa isso? Que numa sociedade dividida em classes, as classes antagônicas são a burguesia e o proletariado. E não dá para ficarmos em uma posição intermediária. Mesmo que os professores pertençam a uma das camadas intermediárias da classe média. É necessário se identificar claramente com a política proletária para a educação.

Por isso que nós da Corrente Proletária na Educação, defendemos que temos que enfrentar a destruição da universidade com um programa proletário, que precisamos defender o enfrentamento à privatização não só de forma corporativa com a defesa das universidades públicas, mas com o programa de defesa da estatização da rede privada e o controle por aqueles que estudam e trabalham. Temos essa compreensão que precisamos defender uma política proletária, para enfrentar essa destruição da universidade.

[...] Este momento, das eleições, não é um momento de disputa aparelhista. Nós não somos uma chapa que vai abandonar nossas bandeiras com receio de que isso assuste alguma camada da categoria. Nós vamos colocar nossas ideias, explicar e, principalmente, não vamos usar o momento de enfrentamento da extrema direita, como pretexto para ser governista. Precisamos fazer ao mesmo tempo a luta pelos salários, pelos direitos, pela defesa da educação pública, com a luta contra a extrema direita. Não podemos aceitar esse discurso de que se a gente lutar pelas nossas reivindicações vai fortalecer a extrema direita, porque vemos justamente o contrário. O abandono das lutas faz com que as burocracias se descolem completamente das bases. E os trabalhadores ficam completamente desarmados e ficam insatisfeitos com os ataques do governo. Dos governos burgueses como um todo, inclusive os governos burgueses do PT. E essa insatisfação da origem a um sentimento antissistema. Só que as esquerdas estão completamente pró-sistema, são as maiores defensoras da ordem, são partidos da ordem. E na verdade nós precisamos ter um setor da esquerda que se disponha a fazer, não apenas o enfrentamento imediato, mas que tenha uma diretriz estratégica, que se guie pela estratégia revolucionária do proletariado. O enfrentamento à extrema direita, às ameaças de golpe, tem que se dar a partir da independência política. O que significa lutar contra todo alinhamento das direções sindicais com o governo, porque na verdade o governo concilia com essa extrema direita, em vários níveis, abrigando antigos golpistas, favorecendo os interesses do agronegócio, do capital financeiro.

[...]

Estudo do texto "O Único Caminho" de Trotsky

Relataremos aqui as principais conclusões do Grupo de Estudos do Marxismo, organizado pelo POR, tiradas do encontro que estudou o texto "O único caminho", que Trotsky escreveu em 1932 em relação a crise na Alemanha e o ascenso do nazismo. Como trata-se de um texto longo, seu estudo foi realizado em dois encontros do Grupo.

O contexto na Alemanha era de aprofundamento da crise que vinha se desenvolvendo desde 1928, na Europa, mas no caso Alemanha, desde antes, já que saiu derrotada da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e pagou os ônus da derrota deixando a economia em frangalhos durante toda a década de 20. Os salários, em 1932, já valiam um terço dos recebidos em 1928. O partido nazista crescia espetacularmente, já conseguindo um terço dos votos. O governo de Hindenburg, apesar de caduco, resistia com o apoio da socialdemocracia, que via nesse velho militar um mal menor frente a Hitler. A política do Partido Socialdemocrata (SD) dera defensiva. Transformou todas as organizações das massas na chamada Frente de Ferro, uma frente de defesa contra os nazistas. O governo Brüning caiu no meio do ano, von Papen foi indicado para substituí-lo. A SD se prostrou, o Partido Comunista (KPD) levava a política de que já se tratavam de governos fascistas, o que Trotsky vai questionar posteriormente, quando Hitler assume o poder e o KPD não consegue explicar o que seria essa sucessão de golpes fascistas em cima de golpes fascistas, levando as massas a uma profunda confusão. Nas eleições sindicais de 1933 os

comunistas obtiveram apenas 5% dos votos, frente aos 12% dos nazistas e 73% dos SD, o que mostra a fragilidade dos comunistas junto à classe operária. Trotsky vai escrever seu texto depois das eleições do meio do ano de 1932, indicando que as ilusões dos SD no "mal menor" e dos Comunistas de que Hitler seria detido por sua política oscilante eram falsas.

Esse estudo ganha importância neste momento em que se comemoram os 80 anos da derrota dos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Muitas falsificações tem sido apresentadas pelas correntes de esquerda, especialmente aquelas de raiz filo-stalinistas. A maior falsificação é de que a derrota dos nazistas se deveu a uma política correta de Stalin. O estudo preciso do desenvolvimento da política stalinista no período precedente ao que Hitler assume o poder mostram que sua política vacilante desde a III Internacional foi um dos fatores que permitiram que os nazistas chegassem ao poder. A vitória do exército vermelho sobre os nazistas não foi por causa de Stalin, mas apesar de Stalin.

A primeira ideia apresentada por Trotsky no texto é central: "A queda do capitalismo promete ser ainda mais tempestuosa, dramática e sangrenta do que foi o seu advento. E o capitalismo alemão não poderá ser exceção neste caso. Se a sua agonia está se prolongando demais, a culpa diga-se a verdade – cabe aos partidos do proletariado." Colocando o SD e o KPD no seu lugar correto perante a história. E explica a crise geral a partir dos fundamentos do marxismo, "Sendo os males econômicos de nossa época, em última análise, o resultado do fato de que as forças produtivas da humanidade são incompatíveis, tanto com a propriedade privada dos meios de produção, quanto com as fronteiras nacionais (...)"

Explica que os planos do nacional socialismo de planificar a economia sem abolir a propriedade privada e limitar a economia alemã aos seus marcos internos era uma falsa solução, na prática impossível diante da fase imperialista do capitalismo. Eis: "Curar o capitalismo por meio da economia planificada significa abolir a concorrência. Neste caso, deve-se começar pela abolição da propriedade privada dos meios de produção. As teorias burocráticas professorais não ousam abordar o problema. A economia alemã não é uma economia alemã pura, mas uma parte integrante da economia mundial. Um plano alemão só é concebível na perspectiva de um plano econômico internacional. Uma planificação nacional encerrada em si mesma significaria a renúncia à economia mundial, isto é, a tentativa de uma volta ao sistema autárquico."

Em seguida, Trotsky vai levantar os argumentos que responsabilizam os partidos do proletariado, nomeadamente o KPD e a SD por conduzir os trabalhadores pelo caminho das derrotas sucessivas. "Nos seus minutos de lucidez, os chefes da social-democracia alemã devem perguntar a si mesmos: "Por força de que milagre, depois de tudo o que

LANÇAMENTO
FOLHETO

Grupo de Estudos do Marxismo



Estudos dos livros:
Imperialismo, fase superior
do capitalismo
A Revolução Permanente

2024

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

 **MASSAS**

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

**Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:**

R\$ 5,00

fez, nosso partido ainda arrasta milhões de trabalhadores atrás de si?" De grande importância, sem dúvida, é o conservadorismo interior de toda organização de massas. Várias gerações do proletariado passaram pela socialdemocracia como por uma escola política: isto criou uma grande tradição. Entretanto, a causa principal da resistência vital do reformismo não está aí. Apesar de todos os crimes da social-democracia, não é fácil para os operários deixar definitivamente esse partido: eles precisam poder substituí-lo por outro. Entretanto, há nove anos que o Partido Comunista alemão, na pessoa de seus chefes, emprega energicamente todas as suas forças para repelir as massas ou ao menos para impedi-las de reunir-se em torno do Partido Comunista." Em outras passagens, no entanto, deixa claro que seria possível uma correção de linha do KPD, abandonando a política ultra esquerdista do "social-fascismo", e se utilizando da estratégia da revolução proletária como guia para a ação tática do proletariado. A revolução alemã era necessária tanto para livrar a Alemanha da ameaça nazista, como para combater a burocratização da URSS, que devido seu isolamento havia permitido que uma direção burocrática que não se apoiava na revolução proletária internacional.

Entretanto, tal era a síntese que Trotsky fazia da política do KPD: "A situação parece criada expressamente para tornar possível ao Partido Comunista conquistar, em pouco tempo, a maioria dos trabalhadores. Bastava o Partido Comunista compreender que, ainda hoje, representa apenas a minoria do proletariado e dar os primeiros passos no caminho da frente única. Em vez disso, o Partido Comunista adotou uma tática que pode ser expressa nos seguintes termos: não dar aos operários alemães possibilidade nem de travar uma luta econômica, nem de opor resistência ao fascismo, nem de usar a arma da greve geral, nem de criar soviets, sem que todo o proletariado reconheça primeiro a direção do Partido Comunista. A tarefa política é transformada em ultimato." E conclui, vinculando aos erros da SD, "Graças à social-democracia, o governo Brüning dispunha do apoio do parlamento para governar por meio dos decretos-leis. Os chefes socialdemocratas diziam: "Desta maneira, fecharemos o caminho do poder ao fascismo." A burocracia stalinista dizia: "Não, o fascismo já triunfou, o regime de Brüning já é o fascismo." Os dois estavam errados. Os sociais-democratas faziam passar o recuo passivo diante do fascismo por um combate contra o fascismo. Os stalinistas apresentavam as coisas como se a vitória do fascismo fosse um fato consumado. A força combativa do proletariado era minada dos dois lados, e a vitória do inimigo facilitada ou aproximada."

A explicação que a Oposição de Esquerda, através de Trotsky dava ao contexto alemão diferia de ambos os partidos que controlavam o proletariado naquele país. O governo bruning era pré-bonapartista, preparou o terreno para o bonapartismo de von Papen. Não se tratava já de governos fascistas, nem governos do "mal menor", deveriam ser combatidos pela ação frentista organizada do proletariado. A ausência da Oposição de Esquerda penetrada nas massas alemãs impediu que essa linha tomasse corpo na luta de classes. "Aqui, toda a questão se transporta para o campo da política. Pelo mecanismo da "Frente de Ferro", a social-democracia paralisa o proletariado. Pela política do

ultimatismo insensato, a burocracia stalinista corta aos operários a saída revolucionária. Com uma direção correta do proletariado, o fascismo seria destruído sem dificuldade e não restariam brechas para o bonapartismo. Infelizmente, a situação não é essa. A força paralisada do proletariado toma a forma enganadora de uma "força" da camarilha bonapartista. Nisso consiste a fórmula política de hoje."

Muitos outros aspectos do problema são apresentados no texto de Trotsky e discutidos pelos camaradas no estudo. Nesta síntese buscamos encontrar os elementos centrais. O problema da crise de direção revolucionária do proletariado era central. Trotsky vai defender que a responsabilidade principal pela ascensão do nazismo cabia à SD, mas que com essa afirmação o problema não estava completamente resolvido. Era preciso dizer que as condições sociais e econômicas da Alemanha depois da Primeira Guerra apontavam definitivamente para o socialismo, mas que devido a política equivocada e vacilante da Internacional Comunista stalinizada, desviou-se desse caminho. Naquele momento, estava colocada a luta pela regeneração da III Internacional, mas Trotsky conclui o texto com a possibilidade do desvio e da degeneração da Internacional ter ido longe demais, o que exigiria um recomeço: "Quando lutamos com todas as nossas forças pela regeneração da Komintern e pela continuidade de seu futuro desenvolvimento, não fazemos a mínima concessão a um puro fetichismo de forma. O destino da revolução proletária mundial está para nós acima do destino organizativo da Komintern. Se se derem as piores variantes; se os partidos oficiais de hoje, a despeito de todos os nossos esforços, forem arrastados à ruína pela burocracia stalinista, se isso significar, num certo sentido, recomeçar tudo desde o início, então a nova internacional derivará a sua genealogia das ideias e dos quadros da Oposição Internacional de Esquerda."

LANÇAMENTO

FOLHETO

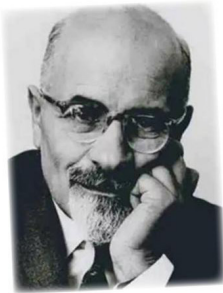


POR

PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Isaac Deutscher

SOBRE O HOMEM SOCIALISTA





POR

PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

O JORNAL DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:

R\$ 5,00

Nesta edição:

90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia;

Palestina: Manifesto e balanço da manifestação;

Bolívia: EUA financiam a matança promovida pelo sionismo;

Portugal: Eleições ;

Ato dos 80 anos da vitória sobre o nazismo;

Trotsky: Quem é o culpado de ter começado a 2ª Guerra;

33 anos da liquidação da URSS.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



POR
PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO



90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR)

No Jornal Massas nº 739, demos início à discussão sobre os 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Assim, passamos a publicar alguns dos trabalhos de Guillermo Lora que constam das Obras Completas. Iniciamos com três artigos sobre o lugar da URSS na Segunda Guerra Mundial, a posição e as tarefas que cabiam à IV Internacional. Os artigos constam do 1º volume das Obras Completas. Os documentos selecionados são de 1942, quando a guerra mundial estava no seu auge. O leitor poderá atestar a importância dos artigos “O que a Revolução Russa nos ensinou” e “Em defesa da União Soviética”.

Agora, publicamos um texto de agosto de 2008, “E a revolução social? Está sepultada a revolução proletária?”, que consta no tomo LXX, das Obras Completas, escrito dez meses antes de seu falecimento em 17 de maio de 2009. Nesse trabalho, Lora expõe a desintegração da IV Internacional e o lugar do POR como expressão de sua continuidade. Destaca o processo de formação do POR no seio do proletariado mineiro e assinala as dificuldades em constituir as células operárias capazes de refletir o instinto revolucionário do proletariado em consciência programática e teórica.

A crise de direção se espelha nos desvios revisionistas que levaram ao estilhaçamento da IV Internacional e que vem obstaculizando a luta do proletariado mundial sobre a base do programa da revolução social. O processo histórico de construção do POR se distingue completamente das inúmeras correntes centristas que perderam os vínculos essenciais com o marxismo-leninismo-trotskismo.

Pode-se dizer que esse documento “E a revolução social? Está sepultada a revolução proletária?” faz parte dos últimos escritos de Guillermo Lora que são muitos e estão no volume LXX das Obras Completas.

E a revolução social? Está sepultada a revolução proletária?

Guillermo Lora, agosto de 2008

Pelos dados econômico-sociais parece que predomina o convencimento de que está ausente da situação social a revolução proletária, tão esperada no passado na situação nacional e internacional. Expresso de outra maneira, no país e no plano mundial, domina a avaliação de que a revolução proletária frustrou, isso, particularmente, desde a queda do estalinismo, que, para a maior parte da opinião pública, em especial para a reformista, encarnava a revolução proletária, tantas vezes traída por Stalin e seus seguidores.

Esquece-se que Stalin traiu Lênin em vida e entregou o movimento operário à voracidade da burguesia. Na atualidade, seus seguidores estão rastejando-se por detrás da burguesia, considerando que é o último recurso que lhes resta para sobreviver. O declínio trotskismo mundial é evidente, agravado pela presente crise do Partido Operário Revolucionário Boliviano.

O que está ocorrendo atualmente no momento revolucionário internacional nos obriga a assinalar brevemente até que ponto chegou a luta da Oposição de Esquerda Internacional, protagonizada pelo Partido Operário Revolucionário Altiplánico.

Para compreender devidamente essa luta, estamos obrigados a fazer breve referência à atividade da Oposição de Esquerda russa, que começa no seio do Partido Russo em 1923. No X aniversário da Revolução Russa (outubro de 1927), em sua homenagem, a Oposição de Esquerda desfila em Moscou com suas próprias bandeiras e consignas. Em 1928, alcançou na Rússia um importante crescimento, particularmente nos meios operários. Em janeiro desse mesmo ano, o XV Congresso do PCUS excluiu a Oposição de Esquerda, medida que foi seguida pela deportação de milhares de opositores à Sibéria e à Ásia Central.



No mês de julho de 1929, se publicou o número um do Boletim da Oposição Internacional, no qual assentaram-se as bases ideológicas e programáticas da IV Internacional.

Em 15 de agosto de 1929, na França (Paris), se inicia a edição da revista *Vérité* (A Verdade), que depois se tornou porta-voz de uma organização que se reivindica do trotskismo.

Em abril de 1930, organizou-se a Liga Comunista Francesa. Em Paris, na residência de Rosmer, se constituiu formalmente a Oposição de Esquerda Internacional (a 78 anos) em uma Conferência de diversos grupos nacionais, em que se elegeu um Birô Internacional.

De 1928 a 1931, estruturaram-se seções da Oposição Internacional nos Estados Unidos, Alemanha e Grécia. Em 1929, três operários estrangeiros, vinculados ao Partido Comunista, dissidente de J. Penelón, criaram o primeiro grupo latino-americano da Oposição. No mesmo ano, uma cisão de sindicalistas do Partido Comunista Brasileiro organizou o Grupo Comunista Leninista pró-trotskista, que depois se transformou na Liga dos Comunistas. Em Cuba, em 1931, Sandalio Junco rompeu com o partido estalinista dando origem ao Partido bolchevique-Leninista, que logo se transformou no Partido Operário Revolucionário. Em 1931-1932, organizou-se no Chile a Esquerda Comunista, que lutou dentro da Internacional Comunista, buscando retificar sua política, de retorno ao leninismo e da vigência do centralismo democrático, que determina a mais ampla democracia interna e o direito de constituir frações. Em cujo seio, se estruturou o primeiro núcleo boliviano opositor ao estalinismo, dirigido pelo jovem José Aguirre Gainsborg (1909-1938).

Durante esse período, até o advento de Adolfo Hitler (1889-1945), em novembro de 1933, a plenária da Oposição, com a participação do SAP (Socialistischen Arbeiter Partei), o RSP e o DSP, se pronunciaram pela constituição da IV Internacional que se funda em 1938.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a direção da IV Internacional se transferiu para os Estados Unidos. Em 1943, se constituiu o Comitê Europeu. Marcel Hic foi assassinado e Pablo (Michel Rappes) assumiu o seu lugar, sendo que mais tarde renegará publicamente o trotskismo e o marxismo. Em 1948, instalou-se em Paris o Secretariado Internacional da IV Internacional. Empenhou-se na defesa da Iugoslávia: *“Um partido estalinista que rompe com Moscou deixa de ser partido estalinista”*. Em 1950, desencadeou-se a guerra da Coreia. O Secretariado Internacional proclama a iminência da terceira guerra mundial, na qual o estalinismo jogaria um papel revolucionário, razão pela qual se propõe praticar um “entrismo sui-generis” nos Partidos Comunistas. Em julho de 1952, ocorreu a exclusão da maioria francesa do Secretariado Internacional. No ano seguinte, o Socialist Workers Party (SWP) rompeu com essa organização. O primeiro núcleo do SWP resultou da cisão do Partido Comunista norte-americano em 1928. Em 1934, se unificou com os Musteistas e a ala esquerda do Partido Socialista. Em 1936, ocorreu a sua primeira cisão com os *“sectários ultraesquerdistas”*. Em 1940, surgiu a grande discussão entre os schachtmannistas (revisionistas) e os seguidores de Cannon, apoiados por Leon Trotsky, concluindo em cisão. Entre os revisionistas, estavam Burnhan e Abern. Colocou-se em discussão as bases do marxismo, ou seja, a validade da dialética e do trotskismo: natureza do Estado soviético e da burocracia.

Em 1946-1947, realizaram-se negociações em torno à unificação com os schachtmannistas, que tinham levado 40% da militância e a maioria da juventude. No início de 1947, houve um acordo de unificação. Em 1953, o SWP rompeu com os pablistas do Secretariado Internacional (SI) e concorreu para a unificação com eles em 1963, formando o Secretariado Unificado (SU).

Essas organizações, junto ao SLL inglesa e um grupo suíço, constituíram, em 1963, o Comitê Internacional, que tomou a decisão de lutar pela continuidade da IV Internacional diante dos desvios pablistas, representados pelo Secretariado Internacional.

Mais tarde, o Comitê Internacional se transformou-se em 1972 no Comitê de Organização para a Reconstrução da IV Internacional (CORQUI), que em fins de 1979, se fundirá com a morenista Fração Bolchevique do Secretariado Unificado, no chamado Comitê Paritário e na instável e convulsionada Quarta Internacional (CEI).

Em 1951, se realizou o Terceiro Congresso da IV Internacional, ao qual a Bolívia assistiu, que mostrou a enorme influência do pablismo. Em 1962, o posadismo cindiu o Secretariado Internacional e organizou sua própria Internacional. Em 1963, o SWP e o Secretariado Internacional formam o Secretariado Unificado.

Durante a cisão de 1953, o Partido Operário Revolucionário adotou a linha independente diante das tendências internacionais em choque. No início de 1979, o POR boliviano rompeu com o CORQUI e no mês de abril contribuiu na reunião de Lima à organização da efêmera Tendência Quarta Internacional (TQI), da qual participaram o POR Boliviano, Política Operária Argentina e os grupos peruano, chileno, venezuelano e brasileiro. A TQI surgiu em repúdio às ideias e as práticas organizativas extremamente burocratizadas do CORQUI. Ideologicamente, rechaçou o Secretariado Unificado (SU).

A contribuição do POR à Quarta Internacional

O Partido Operário Revolucionário se organizou como partido marxista-leninista-trotskista, em junho de 1935, quando finalizava a Guerra do Chaco (1928-1935). O Congresso de fundação se realizou em Córdoba (Argentina).

Veio ao mundo armado de um programa político. Seu fundador e principal dirigente, José Aguirre Gainsborg, iniciou sua militância no Partido Comunista (clandestino), que foi organizado por ativistas estrangeiros estalinistas. O documento apresentado por Aguirre continha os traços fundamentais do trotskismo. Isso quer dizer que não havia perdido a ideia central que o programa ideológico é o documento fundamental do partido.

Até o dia de hoje, os militantes poristas persistem na defesa de que o partido revolucionário está obrigado a se estruturar e lutar partindo do programa de princípios, que irá superando-se com a experiência acumulada no partido.

O Partido Operário Revolucionário se constitui como seção boliviana da Oposição de Esquerda Internacional, que se transformou em 1938 na IV Internacional. O vibrante Partido Revolucionário boliviano estava seguro de que sua tarefa imediata consistia em pôr em pé a vanguarda revolucionária, como resposta à convulsão social que seguiu à Guerra do Chaco.

Um dos mais erros que cometeu em sua fundação foi ter incorporado figuras espetaculares e com capacidade para arrastar multidões, como foi o caso de Tristán Marof (seu nome de nascimento, Gustavo Navarro). Nasceu em Sucre, em 1898 e morreu em Santa Cruz em 1979. Escritor e político iniciou sua militância no saavedrismo, depois de 1920, viajou oficialmente à Europa, onde se tornou marxista. Defendeu a tese do caráter comunista do Império dos Incas e reivindicou a consigna de *“Minas ao Estado e terra ao índio”*, que lançou o terceiro Congresso Operário de 1927. Em um determinado momento encarnou o movimento esquerdista boliviano e latino-americano. Foi perseguido em muitos países. Lutou contra a Guerra no Chaco e adotou uma posição centrista em relação ao estalinismo e à IV Internacional. Participou da fundação do POR e se separou dele em outubro de 1938. Depois organizou o Partido Socialista e, finalmente, o PSOE, agrupação eleitoreira e sem princípio. Gradualmente, retomou seus vínculos com a política oligárquica, declarou-se furiosamente antimovimentista e concluiu renegando o marxismo; serviu de secretário aos presidentes reacionários Enrique Hertzg e Mamerto Urriolagoitia. Sua ideia

central: os bolivianos, de baixíssima cultura, não podem compreender o marxismo e, finalmente, declarou-se partidário do socialismo democrático.

A figura de maior importância do Partido Operário Revolucionário, tanto por sua capacidade ideológica como por suas qualidades pessoais, foi Aguirre Gainsborg.

Contrariando as previsões, o POR foi isolando-se das massas e fechando-se como um grupo de amigos da classe média, por cerca de uma década. As pessoas que lembravam do jovem revolucionário Aguirre Gainsborg asseguravam que já havia chegado a hora da morte da criatura – o POR – que havia deixado o indiscutível líder. Inesperadamente, jovens estudantes radicais, de orientação trotskista, se declararam poristas na cidade de La Paz. Nem bem forma aceitos pelo Partido Operário Revolucionário, muito pouco conhecido nos setores populares, se lançaram a organizar a regional porista pacenha.

Essa nova militância se colocou por materializar a bandeira do partido político operário e se lançou nos bairros populares (Chijini, Av. Buenos Aires etc.) da capital pacenha, em busca de simpatizantes e militantes operários.

A juventude estudantil pôs em evidência que confundia os artesãos que constituam a maioria da população pacenha, com trabalhadores proletários. E sua ingenuidade de poristas novatos não estavam ainda capacitados para distinguir uns trabalhadores de outros. Como era de se esperar, qualificou de “poristas operários” os poucos artesãos que se aproximaram da vibrante organização do POR pacenho.

A forma com que o POR se constituiu em Partido Operário

Um dos acordos do recém-formado Comitê Regional porista pacenho foi o de divulgar a presença do Partido Operário Revolucionário chamando a combater o imperialismo, os ianques e seus serviços (governo serviço do imperialismo). Na militância porista pacenha, participavam os irmãos Alandia Pantoja, artistas que orientavam a confecção dos cartazes antigovernamentais e de combate ao governo burguês e ao imperialismo. No dia em que os muros de La Paz amanheceram cobertos da corajosa propaganda porista, a imprensa matutina circulou com títulos grandes que informavam que se descobriu a presença de células da IV Internacional, atuando desde a América do Norte.

Como era de se esperar, a propaganda jornalística foi complementada com a perseguição e repressão policiais, desencadeadas imediatamente. Não tardou em ser descoberta a célula porista pacenha. Quase ao mesmo tempo, a polícia invadiu as casas dos militantes, e vários deles foram presos. A polícia e a imprensa denunciaram e perseguiram o “Professor ... que preparava e treinava os revolucionários agitadores, para quem entregava materiais para facilitar sua atuação”. Os militantes aprisionados foram processados e, finalmente, liberados. O “já famoso Professor desapareceu...” Sua sombra apareceu, de tempo em tempo, nas minas do departamento de Potosí, mas não deixou marcas visíveis de seu passo por algumas montanhas nas quais se perfuravam túneis mineiros.

A descoberta das minas pelos revolucionários

O ocorrido em La Paz e a fuga de alguns poristas para as minas não tardaram em transformar-se em lendas, que desapareceram quase sem deixar marcas. A verdade é que essa penetração de uma fração do trotskismo no seio dos mineiros foi uma operação estritamente clandestina. Apesar de tudo, foi preciso enfrentar a perseguição policial.

O erro descomunal que se cometeu neste trabalho: não se ensinou aos mineiros a atuar como verdadeiros militantes revolucionários, isto é, criar teoria, de maneira que se tornassem verdadeiros militantes poristas. Geralmente, se colocava à cabeça das células mineiras um militante experimentado das cidades. A monstruosidade que se cometeu: as células das minas não criaram teoria revolucionária, se limitaram a repetir os textos que enviava a direção nacional do partido.

Essa deficiência contribuiu para que o POR não conseguisse elaborar uma ideologia revolucionária de alto nível. O resultado desse processo foi lamentável. O Partido não se empenhou em transformar os militantes mineiros em revolucionários profissionais, criadores da teoria marxista-leninista-trotskista.

Os operários, formalmente transformados em militantes poristas, não conseguiram tornar-se revolucionários profissionais, permaneceram para sempre como militantes de última categoria. A lição: se os operários permanecem apenas supostamente considerados como ‘militantes poristas’ sem alcançar o nível de revolucionários profissionais, quer dizer que o POR terá abandonado a possibilidade de transformar-se em verdadeiro partido revolucionário marxista-leninista-trotskista.

Instinto comunista e política revolucionária científica

A maior descoberta dos militantes poristas em sua atividade nas minas bolivianas, durante o seu período de radicalização, baseou-se na descoberta do instinto comunista (impulso cego) existente nos mineiros.

As minas bolivianas se distinguem porque os minerais estão incrustados nas distantes montanhas, às vezes inacessíveis aos importantes centros urbanos. Esse isolamento faz com que grupos de trabalhadores mineiros se mantenham afastados da influência cultural e ideológica das mais importantes cidades. Os mineiros se distinguem por seu baixo nível cultural. Neles, dormem sem estremecimentos o instinto comunista, que é consequência do fato do operário assalariado expressar, sem perturbações de nenhuma espécie, a influência direta de não ser proprietário privado dos meios de produção.

A lição que nos deixa a história: a agudização da luta de classes implica o despertar do instinto comunista dos operários, que normalmente permanece adormecido. Quando desperta, se aproxima da ciência social. Quando cessa a luta de classes, o instinto comunista retorna a sua etapa primitiva de inatividade. Cabe ao partido marxista-leninista-trotskista contribuir para a transformação do instinto comunista em ciência política, isto é, em marxismo-leninismo-trotskismo. O Partido Operário Revolucionário, que apenas havia iniciado esse processo, em seus momentos de criatividade nas minas, não conseguiu transformar plenamente o instinto comunista em marxismo-leninismo-trotskismo, permanecendo assim paralisado no meio do trabalho.

Se se pretende potenciar o partido, o POR deve preparar-se para que no trabalho cotidiano transforme os operários que se somem à organização em criadores da política marxista-leninista-trotskista. Até o momento, somente se chegou à etapa do início desse processo fundamental para o avanço da revolução social. O POR se deteve nos primeiros passos desse processo. Consequentemente, não conseguiu contribuir para a transformação das tarefas instintivas dos operários como parte do marxismo-leninismo-trotskismo, isto é, da política científica.

Devemos assinalar que esse processo, por ser incompleto e deformado, se deteve no meio do caminho, o que não permitiu que as centelhas instintivas se projetassem em desenvolvimento científico. Tampouco se avançou na análise desse processo, tarefa que

deve ser cumprida se se busca a potenciação da política revolucionária, imprescindível para fortalecer a luta revolucionária do POR.

Fortalecimento da IV Internacional

Apesar de não se ter superado as deficiências organizativas e teóricas do Partido Operário Revolucionário, nem acertar contas com as tendências conservadoras e antimarxistas do velho Comitê Central e de seus herdeiros, o trabalho interno do setor porista que penetrou nas minas fortaleceu a influência sobre o trotskismo boliviano e internacional. A direção internacional deu mostras de que considerava valiosa a contribuição do POR ao fortalecimento da IV Internacional.

No período de ascenso das massas na Bolívia, de 1946 a 1971, e, sobretudo, se se considera a formação da Assembleia Popular, baseada na COB, em cujo seio o Partido Operário Revolucionário

cumpru tarefas de governo operário, se tem de concluir que o trotskismo boliviano dirigiu os agrupamentos que diziam ter influência no seio das massas. Redigiu os documentos desse processo e cumpriu a tarefa de governo. Pode-se dizer que chegou até as portas do poder político. Cumpriu importantes tarefas no seio das massas, sobretudo orientando-as à conquista do poder. Não se pode deixar de reconhecer que o POR elaborou as conhecidas “*Teses de Pulacayo*”, que orientou as massas, dirigidas pelo proletariado mineiro, à conquista do poder.

Outra de suas mais importantes contribuições: o POR redigiu os documentos fundamentais da Assembleia Popular, que cumpriu tarefas governamentais. A “*Operação Condor*” foi idealizada, executada, fundamentalmente, contra o governo da Assembleia Popular, isto é, do Partido Operário Revolucionário.

Agosto de 2008

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR) distribuído no ato dos 77 anos da Nakba, realizado em São Paulo

77 anos da Nakba!

*Só o fim do capitalismo pode evitar a catástrofe de toda a humanidade
A luta pelo socialismo começa por combater e derrotar a burguesia imperialista
Os Estados Unidos e aliados são os principais responsáveis
pelo genocídio do povo palestino
Unir os explorados do Oriente Médio para expulsar o Estado sionista
da Faixa de Gaza e da Cisjordânia*

O dia 15 de maio marca a Nakba (catástrofe) palestina. São 77 anos desde a criação do Estado sionista de Israel, uma criação do imperialismo através da ONU. Contou inclusive com o apoio da URSS sob a direção stalinista. Na época, o imperialismo manobrou com a possibilidade de criação de dois Estados, o de Israel ao lado do Estado da Palestina. Coube ao tempo, desmascarar a manobra e o Estado da Palestina nunca saiu do papel.

Esse é o ponto alto de um processo muito mais longo, que remonta ao Império Otomano, seu enfraquecimento e, finalmente, destruição, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Neste período, era o imperialismo inglês que exercia o domínio da região e pressionava para a criação do Estado judeu, sionista.

Desse período até a Segunda Guerra Mundial e posterior à criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o domínio sobre a região passou da Inglaterra (Mandato britânico) para os Estados Unidos, e a ocupação por parte dos sionistas deu um enorme salto, de tal forma que a Nakba, propriamente dita, significou mais uma nova fase da catástrofe mais geral para os palestinos do que o início dela. Apesar disso, não se pode desconsiderar que foi justamente com a criação de Israel que a ocupação e a anexação se tornaram mais evidentes e mais violentas. A guerra entre Israel e uma coalizão de 5 países árabes durou até o ano seguinte, sendo vencida por Israel, que se aproveitou da vitória para anexar mais de 40% do território destinado à Palestina. Estima-se que 400 vilas árabes foram destruídas e mais de 700 mil palestinos deixaram suas casas naquele momento, devido ao avanço das forças paramilitares e oficiais de Israel.

Seguiram-se anos de avanço das forças sionistas sobre as terras palestinas, promovendo um cerco à Faixa de Gaza e um semicírculo à Cisjordânia. As guerras de 1967 e 1973 serviram, por um lado, para empurrar as fronteiras de Israel sobre o território palestino e, por outro, para condicionar os países árabes até então resistentes à ocupação. A maior parte deles, hoje, serve aos interesses do imperialismo. Os palestinos foram abandonados à própria sorte, ou melhor, aos cuidados da ONU, que não cumpriu a resolução de estabelecer o Estado palestino e, como órgão mundial do imperialismo, é responsável por não acabar com a matança na Faixa de Gaza. Os acordos de Oslo, em 1993, que requestraram a promessa dos dois Estados, se mostraram como uma enorme falsificação.

A raiz do problema está em que o Oriente Médio e a Palestina, em particular, estão assentados sobre um território rico em recursos naturais, especialmente o gás e o petróleo, mas também por constituir uma importante rota comercial para a Ásia, além do

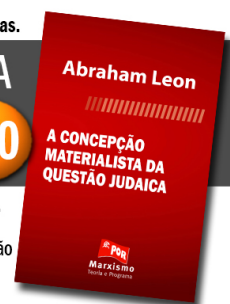
LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor das Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



controle dos mares da região. Esse grande território do Oriente Médio, que, por condições históricas particulares, possui grande limitação no desenvolvimento de suas forças produtivas, fez parte dos espólios da Segunda Guerra Mundial, ou seja, fez parte da partilha do mundo entre as potências vencedoras. Não foi por acaso que o Estado judeu foi criado artificialmente três anos depois do fim da guerra. Como se vê, a disputa sobre a região ultrapassa os limitados interesses religiosos e étnicos, que a grande mídia busca constantemente apresentar como problema.

A partilha do mundo da 2ª Guerra está esgotada. As potências se movimentam nitidamente por uma nova partilha. O investimento na indústria bélica tem crescido em todos os países imperialistas. Aqueles que tinham abandonado seus programas nucleares o retomaram recentemente. A guerra comercial dos EUA contra a China é o epicentro da crise mundial do capitalismo. O imperialismo estadunidense está em franca decomposição, e busca a todo custo manter seu poderio sobre os países atrasados, semicoloniais e sobre as potências menores da Europa. A queda da URSS, em 1991, fruto de um longo processo histórico assentado na traição do estalinismo à Revolução de 1917, representou um dos primeiros sinais do esgotamento da ordem Mundial do pós-guerra. A Rússia herdou o grosso do aparato militar e da estrutura econômica da URSS, e busca, por sua vez, manter seu controle regional sobre as ex-repúblicas soviéticas, tendo de enfrentar a ofensiva do imperialismo norte-americano e europeu. É neste contexto que se insere a atual guerra na Ucrânia e o genocídio na Faixa de Gaza.

Aí está o porquê da resposta política ao genocídio na Faixa de Gaza exigir uma resposta mais ampla ao capitalismo em decomposição, que arrasta a humanidade para a barbárie completa. A Nakba Palestina pode ser o prelúdio da Nakba de toda a humanidade. A concentração de riquezas atingiu um patamar nunca antes alcançado. No sentido oposto, a miséria, a fome, a violência estatal, a destruição dos direitos etc. são visíveis em todos os países, principalmente naqueles de capitalismo atrasado, como na América Latina, Ásia e África. Tudo está nas mãos do proletariado, a única classe que possui uma política coerente com a necessidade histórica de superação do capitalismo por um modo de produção superior, o socialismo, eliminando assim a ação sanguinária da burguesia internacional e de seus governos lacaios, em sua incessante busca pelo lucro.

O problema objetivo já indica sua própria solução, o capitalismo esgotado da fase imperialista prepara as condições para uma sociedade superior, socialista. O problema está, portanto, no obstáculo subjetivo, que são as direções políticas dos trabalhadores. A política de conciliação de classes, que desemboca no governismo, o abandono dos métodos da luta de classes, a ausência de uma política proletária, revolucionária, são travas que afastam as direções sindicais e populares dos trabalhadores.

No caso dos palestinos, pode-se dizer que podem contar com duas forças principais, os grupos armados que atuam no próprio território palestino e as mobilizações massivas que acontece mundo afora. Nenhuma delas, infelizmente, está sob uma direção revolucionária. Os grupos de resistência, sendo o principal deles o Hamas, têm feito uma resistência heroica diante dos ataques dos

sionistas, além de ter de combater a Autoridade Palestina, que governa a Cisjordânia e trabalha pela derrota da resistência, em favor de um novo governo na Faixa de Gaza, alinhado aos interesses do imperialismo.

Neste campo da resistência direta, os palestinos também têm contado com o apoio de grupos externos como os Houthis. Já as mobilizações massivas que aconteceram em apoio aos palestinos e contra a ofensiva de Israel, oscilaram entre mostrar uma enorme força, colocando milhões nas ruas do mundo todo, ocupando universidades, bloqueando portos e aeroportos, e os refluxos, muitas vezes impulsionados por notícias de que algum organismo internacional, como a ONU, TPI etc., havia tomado essa ou aquela medida contra Israel.

O problema está em que as direções desses movimentos não se guiam pela independência de classe, subordinando assim a ação das massas às respostas da fração da burguesia que condena o genocídio. O resultado geral foi de que houve um refluxo geral nas mobilizações de rua e nas ações diretas justamente quando a matança sionista se tornou mais violenta.

Já são mais de 60 mil mortos na Faixa de Gaza, isso sem contar a sua notificação. Já se fala em números muito maiores. A maioria desses mártires é de mulheres e crianças. A destruição da já fraca estrutura industrial, hospitalar, educacional e habitacional chegou a um nível insuportável. O cessar-fogo representou um engodo imperialista. Netanyahu retomou o massacre com toda a força e recentemente tem dado declarações de que pretende ampliar a ofensiva e acabar de vez com o que resta de Gaza. Os 77 anos da Nakba estão marcados pela possibilidade de uma liquidação final do que resta da Palestina.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe e dos trabalhadores que se solidarizam com a Palestina está em fortalecer a resistência, retomar o caminho das mobilizações massivas, rechaçar as respostas burguesas e não alimentar ilusões nos governos que só se colocam ao lado dos palestinos em palavras, como é o caso do governo Lula, que denunciou o genocídio, mas nunca tomou medida concreta para a suspensão das relações econômicas, militares e diplomáticas contra os genocidas.

A defesa da frente única antiimperialista, formada a partir dos sindicatos e organizações de massa dos trabalhadores, com os métodos próprios da classe operária, deve ser o guia para retomar e fortalecer a luta contra a matança sionista. O programa da revolução proletária, que na Palestina tome a forma de uma República Socialista da Palestina, como parte de uma federação de Estados Socialistas do Oriente Médio, é a resposta proletária para o fim do massacre e caminho para uma Palestina verdadeiramente livre!

Pelo fim imediato da carnificina e do genocídio do povo palestino!

Fora o Estado sionista de Israel da Faixa de Gaza e da Cisjordânia!

Derrotemos o domínio imperialista no Oriente Médio e no mundo!

Lutemos pela autodeterminação das nações oprimidas sob o programa da revolução social!

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40



A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Palestina

Manifestação dos 77 anos da Nakba

A ausência dos sindicatos representa conivência com o genocídio!

Aconteceu em São Paulo, no dia 17, uma manifestação para lembrar os 77 anos da Nakba e para denunciar o massacre intensificado por Israel sobre a Palestina nas últimas semanas. A manifestação teve o mérito de expressar a luta dos palestinos pelo fim do genocídio e por sua autodeterminação. Contudo, esteve aquém do necessário diante de tamanha barbárie e violência transmitidos em tempo real. Sua fragilidade é de inteira responsabilidade das direções sindicais e populares, que se colocam ao lado dos palestinos em palavras e nas redes sociais, mas que viram as costas ao movimento e a luta concreta, com os métodos históricos da luta de classes.

Um problema chamou atenção na manifestação, a quantidade de ataques reacionários de pessoas que passavam em seus carros, motoboys entregadores, transeuntes e até mesmo um deputado de direita que se sentiu a vontade de aparecer na manifestação com uma bandeira de Israel. A fragilidade numérica da manifestação e a brutal campanha sionista da grande mídia explicam esses ataques reacionários.

O ato na Av. Paulista contou com aproximadamente 300 pessoas e com a ausência dos sindicatos. Nem delegações de representantes foram enviados pelas grandes entidades dos trabalhadores e estudantes. O MST enviou apenas uma representação individual que fez uso da palavra largamente. Sindicatos importantes de São Paulo como a APEOESP, os Metroviários, os Bancários também não mobilizaram suas bases para a manifestação. A Conlutas compõe a Frente Palestina São Paulo, mas tampouco mostrou sua capacidade de mobilização enquanto central sindical. As direções da CUT, CTB e outras centrais sindicais, a direção da UNE, e de grandes movimentos populares se tornam assim coniventes com o genocídio.

Em uma das reuniões de preparação da manifestação dos 77 anos da Nakba, com um mês de antecedência, o POR defendeu a preparação prévia, com mobilização nos sindicatos para construir um grande ato que expressasse a luta contra as ações do Estado sionista e genocida de Israel. As limitações do partido, no entanto, impedem que uma política classista, assentada nos métodos históricos da luta de classe, prevaleça sobre a composição majoritariamente pequeno-burguesa da Frente. Ainda assim, sua responsabilidade é secundária, já que cumpre o papel importante de organizar manifestações e outras ações com regularidade. Caberia às direções majoritárias o papel de organizar e impulsionar a luta. Convocando as assembleias nas fábricas e outros locais de trabalho, debates e outras atividades para esclarecer os trabalhadores e desfazer as mentiras da mídia monopolista, além de colocar seu aparato e seus recursos em fazer desse movimento.

A raiz do problema está em que as direções políticas são governistas, que se apoiam na conciliação de classes. As insistentes cobranças para que o governo Lula rompa as relações com o Estado genocida parecem não agradar os burocratas defensores do governo. Assim, só lhes sobra a covardia e a demagogia das redes sociais. Nesta semana, o governo da Espanha votou uma medida que impede a venda de armas para Israel. Isso certamente aumentará as pressões sobre os governos que se colocam contra o massacre, mas não tomam nenhuma atitude. As pressões sobre as direções governistas também devem aumentar.



O POR participou da manifestação com suas bandeiras, seu manifesto e suas palavras de ordem classistas e revolucionárias. Essas palavras se chocaram com a política pacifista de algumas correntes. Algumas companheiras na própria manifestação, tomadas pela ideologia pacifista da burguesia, chegaram a nos criticar dizendo que palavras de ordem que falam de “morte ao Estado sionista” e “armamento das massas palestinas e dos demais países árabes” afastam as pessoas da manifestação. Ledo engano, o que afasta as massas da luta é a traição das direções sindicais e políticas, que em nome da defesa do governo viram as costas para as necessidades dos trabalhadores e para lutas mais importantes, como essa pelo fim de um genocídio.

Pronunciamento do POR

Camaradas, essa semana completa 77 anos da Nakba, a catástrofe do povo palestino, iniciada com a criação artificial do Estado sionista de Israel. Essa Nakba é de fator mundial, hoje é lá, amanhã é aqui. Essa Nakba não é um projeto imperialista somente para o Oriente Médio. Amanhã, nós passaremos pela Nakba. Essa criação, que é obra direta do imperialismo mundial com aval da ONU e apoio da burocracia estalinista não é um episódio isolado, é parte de um processo de espoliação e colonização permanentemente sustentado pelos Estados Unidos e seus aliados.

Hoje, tivemos nesta manifestação um enfrentamento com um sionista, que veio até mim por eu ser uma mulher muçulmana, achando que eu estava despreparada para enfrentá-lo. Isso é o que a comunidade islâmica sofre todos os dias. A verdade não se negocia, o que se passa em na Faixa de Gaza é um genocídio e o fato de mais de 70% dos mortos em Gaza serem mulheres e crianças são prova disso.

Não estamos falando de conflito, estamos falando de um genocídio planejado, sustentado, militar e economicamente, por potências capitalistas, que pode extinguir a população de Gaza. O povo de Gaza tem resistido heroicamente com seus grupos armados, mas a luta massiva mundial é fundamental.

É chocante ver as organizações, as instituições, paradas, caladas, observando passivamente. É dever dos sindicatos convocar as massas exploradas nas ruas. Os comitês em defesa da Palestina estão às traças, com pouquíssimas organizações participando. Não há neutralidade possível diante de um defensor do genocídio. A denúncia é papel das direções. Esse silêncio não é neutro, é conivente. Estamos diante de um genocídio televisionado. E os que deveriam liderar a luta se calam, esperam, hesitam ou se limitam a denunciar verbalmente, como faz o governo Lula, mas sem romper relações com Israel, sem suspender acordos militares e econômicos.

Chega de ilusão com a ONU, com a TPI, com os governos burgueses. A única resposta à altura do genocídio é a luta revolucionária. Com os métodos da classe operária. Defendemos uma frente única anti-imperialista dirigida pelos trabalhadores.

A Nakba foi uma catástrofe. Mas a Nakba de hoje pode ser o estopim da virada, se os explorados do mundo se unirem para lutar em favor de Gaza.

Palavras de ordem do POR em defesa da insurreição armada do povo Palestino e pelo fim do Estado sionista se chocam com a política democrático-burguesa e pacifista das correntes e partidos centristas

Durante o ato realizado na Paulista pelo fim do genocídio do povo Palestino e dos 77 anos da Nakba, os militantes do POR cantaram palavras de ordem que expressam a política independente e a estratégia revolucionária do proletariado para colocar fim à guerra de dominação em Gaza, na Ucrânia, a defesa de uma paz sem anexação e a constituição de uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

O choque da política revolucionária com a democrático-burguesa pacifista ficou evidente quando uma “companheira”, que caminhava em frente à coluna do POR, começou a pedir que a militância parasse de cantar as palavras de ordem. Segundo ela, porque estava espantando os manifestantes e as pessoas que estavam na Paulista.

As palavras de ordem cantadas pelo POR eram: “insurreição armada do povo palestino e morte ao Estado sionista assassino;

Estado de Israel, Estado Assassino e viva a luta do povo Palestino; Viva a luta Anti-imperialista; o Oriente Médio vai ser todo socialista; Gaza, Brasil, América Central, a luta Palestina é Internacional; morte ao Sionismo: morte; morte ao imperialismo: morte. Viva o Socialismo, Viva; Viva o Comunismo, Viva”.

Não é a primeira vez que militante de corrente centrista rechaça as palavras de ordem revolucionárias do POR nas marchas e atos. A maioria dessas correntes defende e canta a palavra de ordem “Palestina livre do rio ao mar”, que é uma saída burguesa, que pode ser levantada por qualquer fração nacionalista burguesa, que se coloca pela via democrática para a constituição de um Estado burguês na Palestina.

Os sindicatos, as Centrais e as correntes e partidos centristas e reformistas que, diante do genocídio do povo Palestino, não defendem o armamento das massas, o método da insurreição armada e a estratégia da revolução proletária do povo palestino e do mundo, como única forma de colocar fim ao genocídio e impor a autodeterminação do povo palestino, estão sendo coniventes e cúmplices do genocídio levado a cabo pelo Estado Sionista.

Viva a luta do povo Palestino. Morte ao Sionismo. Pelo fim do Estado Sionista. Viva a República Socialista da Palestina.

Publicamos a denúncia do POR da Bolívia contida no Massas nº 2835, de 21 de maio de 2025, sobre a barbárie provocada pelo Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza.

Estados Unidos financiam a matança promovida pelo sionismo

Os palestinos que sobrevivem ao genocídio o fazem sem água, eletricidade, comida, abrigo ou remédios. Eles sobrevivem entre escombros e lixos, cercados por doenças, ratos e cobras.

Se eles deixam as denominadas “zonas de segurança”, são bombardeados; se permanecem, também são bombardeados.

Somente nestas últimas semanas, Israel cometeu todas essas atrocidades e muitas outras das quais não temos conhe-

cimento, enquanto o mundo assiste com cumplicidade.

Ele queimou mais dois jornalistas por fazerem seu trabalho, mostrando ao mundo as atrocidades que eles cometem... e agora há mais de 210 jornalistas mortos, mais do que na Segunda Guerra Mundial e na Guerra do Vietnã somadas.

Continuou assassinando bebês até atingir recentemente o número de 1.100 crianças menores de um ano.

Mais crianças morreram em Gaza em seis meses do que em todas as outras zonas de guerra do mundo em três anos, quatro vezes mais.

Segundo eles, o sionismo assassinou por engano 15 profissionais de saúde visivelmente identificados enquanto salvavam vidas, atirou por “engano” em sobreviventes e os enterrou por “engano” em uma vala comum para que ninguém descobrisse.

Eleições em Portugal

A derrota do Partido Socialista e o avanço da ultradireita



As eleições portuguesas realizadas no dia 18/05 trouxeram a vitória da coalização de centro-direita Aliança Democrática (AD) do atual Primeiro-Ministro Luís Montenegro com 32,7% dos votos e 89 deputados. Os socialistas (PS) foram os grandes derrotados, alcançando apenas 23,4% dos votos e retrocedendo de 78 para 58 cadeiras. O resultado levou à queda do presidente da legenda, Pedro Nuno Santos, que foi obrigado a demitir-se da liderança do partido. O avanço da ultradireita, representada pelo partido Chega (CH) foi a grande surpresa do escrutínio. Alcançaram, na prática, o empate com os socialistas, reunindo 22,6% dos votos e obtendo igualmente 58 cadeiras. Portugal passa por sua terceira eleição em três anos e atravessa uma instabilidade política que tem suas raízes no baixo crescimento e estagnação da economia europeia.

Os problemas da segurança e da imigração foram bastante explorados pela ultradireita que cantaram vitória com o resultado eleitoral. Há seis anos, o Chega, do nacionalista André Ventura, disputou sua primeira eleição obtendo apenas uma cadeira no parlamento. Em dois anos passaram de 12 para 48 deputados. Agora vibraram o mais forte golpe no tradicional bipartidarismo português.

Os socialistas tiveram seu pior resultado em 38 anos, perdendo 20 cadeiras na Assembleia da República. A experiência das massas com a Geringonça (2015-2019), coalização de esquerda do Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), Bloco de Esquerda (BE) e Partido Ecológico Verde (PEV) serviu apenas para mostrar à burguesia que os partidos da pequena-burguesia governam sem qualquer problema em proveito da grande propriedade privada e adaptando-se ao imperialismo europeu. Seu fracasso mostrou a incapacidade das esquerdas eleitoreiras em solucionar os velhos problemas das massas como a busca por emprego e melhoria das condições de vida.

Portugal, um dos mais pobres países da Europa ocidental, sofre os efeitos desintegradores da crise mundial capitalista.

Embora seu pequeno PIB de 250 bilhões de dólares tenha oscilado positivamente em 1,9% no ano de 2024 sua economia atrelada à União Europeia e à zona do euro sofre com o recuo econômico de conjunto do bloco, do qual depende para investimentos e fluxo de capitais.

O proletariado português hoje arrastado pelas principais frações da burguesia necessita se emancipar da política pró-imperialista e colaboracionista de suas direções. Não há saída para a economia portuguesa no quadro da subordinação às potências da União Europeia, como França e Alemanha, que ditam as diretrizes econômicas e carregam seus parcos recursos. Tornando-se um grande promotor desta política entre as massas, o PS traiu uma vez mais o proletariado, como já o fez, inúmeras vezes, desde a Revolução dos Cravos. Seu rival, o estalinista e igualmente apodrecido PCP, não se diferencia deste último senão por uma leve coloração. O proletariado e sua vanguarda consciente estão diante da tarefa de erguer um partido-programa que coloque a luta direta pela revolução social, a expropriação da burguesia e a necessidade de uma economia planificada no quadro dos Estados Unidos Socialista da Europa.

POR participa do ato, convocado pela Internacional Antifascista, sobre os 80 anos da vitória sobre o nazismo na Segunda Guerra

O POR foi convidado e participou do ato, encabeçado pela Internacional Antifascista (organismo criado pelo chavismo, na Venezuela), de celebração dos 80 anos desde a derrota dos nazistas na Segunda Guerra Mundial. A atividade aconteceu na Academia Paulista de Letras, centro de São Paulo. Estiveram presentes representações de partidos, sindicatos e correntes que se reivindicam dos explorados.

O PCO impulsionou o chamado para o ato, que foi organizado em caráter de “frente única”. O POR se integrou, devido à importância do tema, reforçada pela necessidade de combater a campanha imperialista nos jornais e na mídia em geral, que tem deformado propositalmente a história, apagando a importância da URSS e do Exército Vermelho na derrota do nazismo, como se esta tivesse se dado exclusivamente pela intervenção do próprio imperialismo, principalmente o estadunidense, com o chamado “Dia D” – desembarque na Normandia.

Durante a atividade, porém, ficou clara a intenção do PCO em utilizar a celebração para projetar o aparato da Internacional Antifascista no Brasil. Essa deformação, contudo, não eliminou a relevância do tema em debate, e foi possível ao POR expor suas formulações sobre a questão. Vale ressaltar que o fortalecimento das tendências bélicas na atualidade vem colocando por porta-vozes da própria burguesia os perigos de uma Terceira Guerra Mundial.

Entre os pronunciamentos, prevaleceu a linha democratizante e a estalinista. Esta última compareceu sem floreios em mais de uma intervenção, afirmando a “correta atuação do governo da URSS”, apontada como suposto fator decisivo para a vitória final sobre Hitler.

Coube ao POR apresentar a contraposição, demonstrando o papel nefasto da burocracia estalinista, que se encontrava à cabeça da URSS e da III Internacional, cimentando o caminho à ascensão do nazifascismo. O orador porista utilizou como ponto de partida para essa discussão um artigo escrito pelo jornalista Breno Altman, publicado na Folha de São Paulo dias antes do debate. A peculiaridade da situação foi dada pelo fato de o autor criticado estar presente à atividade (veja a transcrição do pronunciamento abaixo).

Altman fez uso da palavra, mas se esquivou da resposta, afirmando que aquele não seria o momento adequado para a discussão. Apenas o PCO, através do Rui Costa Pimenta, fez menção à fala do POR, condenando-a como uma atitude contrária à unidade pretendida na luta contra o “fascismo”. Segundo Rui Pimenta, não se devia entrar no “tema espinhoso”.

Curiosa seletividade do PCO! Os estalinistas puderam apresentar livremente suas posições, enaltecendo Stalin, mas o “secrário” seria o POR, já que ousou defender o legado de Trotsky no combate ao nazifascismo. A verdadeira preocupação de Rui Pimenta estava em não desagradar seus aliados na construção do aparato chavista da Internacional Antifascista.

Ao POR, contudo, não interessam essas maquinações aparelhistas, completamente desvinculadas dos problemas reais das massas oprimidas no Brasil e no mundo. O caminho para derrotar as tendências fascistas passa pela organização e mobilização dos explorados no campo da independência de classe, partindo de suas necessidades mais sentidas e fazendo o vínculo com a estratégia de poder do proletariado.

Nesses 80 anos desde a vitória sobre o nazismo, cabe à vanguarda com consciência de classe realizar o devido balanço histórico, com vistas à superação da brutal crise de direção revolucionária, que teve sua raiz justamente na traição e na degeneração estalinista do partido bolchevique, do Estado Operário e da III Internacional. Diante do avanço da barbárie capitalista, do horror das guerras e do fortalecimento da ultradireita, está colocada a tarefa de reconstruir a Quarta Internacional!

Pronunciamento do POR:

Bom dia, companheiros, companheiras. Falo aqui em nome do Partido Operário Revolucionário. Estou aqui como divulgador do Jornal Massas. Estamos numa campanha em defesa dos palestinos, em defesa da constituição de uma frente única anti-imperialista, para enfrentar os horrores que o genocídio promovido pelos Estados Unidos tem causado.

Começo fazendo uma menção a um artigo que saiu na Folha de São Paulo, no dia 4 de maio, o que é muito oportuno, porque temos o autor da matéria aqui, o camarada Breno Altman - e aproveito o momento para fazer um parêntese: o companheiro assim como muitos outros vem sendo perseguido pelo sionismo, e este ato tem que se erguer também em defesa de todos aqueles que estão se levantando contra o genocídio promovido pelo Estado de Israel e pelos Estados Unidos.

Saúdo a presença do camarada e ao mesmo tempo coloco aqui a necessidade de uma frente para combater os sionistas, fazendo oposição a esse movimento reacionário que persegue os nossos lutadores.

No artigo, o camarada Breno Altman - recomendo a leitura pelos camaradas - faz uma correta crítica ao revisionismo histórico que tenta apresentar a derrota da Alemanha nazista como resultado da intervenção dos Estados Unidos e das forças imperialistas ocidentais, de certa forma, apagando a grandiosa obra do Exército Vermelho, que militarmente derrotou os nazistas, chegando primeiro a Berlim. A crítica feita a esse revisionismo está correta.

Por outro lado, o camarada apresenta uma contraposição, dizendo o seguinte: essa historiografia liberal aponta um sinal de igualdade entre comunismo e nazismo, colocando em pé de igualdade a União Soviética e a Alemanha de Hitler. E o símbolo utilizado por esse revisionismo seria o pacto Ribbentrop-Molotov, assinado em 1939.

O camarada Breno Altman faz, então, uma contraposição a isso, dizendo que essa versão omite o fato de que a União Soviética, sob o comando de Stalin, tinha feito toda uma política com as frentes populares e, no final das contas, se viu obrigado a assinar o pacto com a Alemanha nazista, afinal de contas, precisaria de um prazo para reorganizar sua economia, suas forças, e assim derrotar militarmente a Alemanha. Segundo essa versão do camarada, à qual eu sou crítico, a experiência então teria dado razão a Stalin.

Apesar da crítica que eu vou apresentar aqui a esse aspecto do artigo do companheiro, ele tem o grande mérito de indicar para nós a atualidade do debate sobre como evitar a catástrofe, como era possível no passado evitar a vitória do nazismo, porque isso tem uma atualidade, é útil para nós, no sentido de frear as tendências bélicas que ameaçam o mundo.

Portanto, se trata de uma pergunta extremamente importante: como evitar a barbárie de uma possível terceira guerra mundial? Aliás, é uma questão extremamente oportuna, logo depois de ver o novo papa defender uma “paz desarmada, uma paz desarmadora”. Isso porque a gente vê, ao mesmo tempo, a grande hipocrisia do imperialismo falando em paz, quando é o imperialismo o grande promotor de toda a barbárie.

Todos viram a cena grotesca de Trump e Zelensky falando em nome da paz em plena Basílica de São Pedro. A conjuntura contradiz toda essa hipocrisia pacifista do imperialismo. Há uma tensão crescente, uma ameaça de guerra entre a Índia e Paquistão; Netanyahu avança no seu plano de anexação da Faixa de Gaza; as bombas não cessam de cair no Líbano, na

Síria e no Iêmen; a ameaça sobre o Irã é mais forte do que nunca; guerras civis na África; recrudescimento da guerra comercial...

Tudo isso mostra o que, companheiros e companheiras? Mostra que as contradições fundamentais do capitalismo estão aflorando como nunca. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção está na raiz da crise do capitalismo, que empurra a humanidade para a barbárie. As forças produtivas que querem se desenvolver, que têm potencialidade para se desenvolver, se chocam com as fronteiras nacionais.

E aí o tema dos 80 anos da vitória sobre as tropas nazistas aparece com toda a força, porque o que estamos presenciando hoje é o esgotamento da partilha do mundo, decidida no final da segunda guerra mundial. O que o imperialismo quer é uma nova partilha - o que Trump expressa de maneira muito eloquente ao falar, por exemplo, em anexar a Groenlândia, e assim por diante.

E Trotsky apontou, lá nos anos 1930, qual devia ter sido a resposta ao problema do crescimento do nazifascismo. Como evitar uma segunda guerra mundial? O POR comparece a esse ato, reivindicando essa herança, porque os ensinamentos de Trotsky, daquele momento, nos são úteis hoje para enfrentar a ameaça que paira sobre a humanidade.

O companheiro Breno teve, como eu falei, muitos méritos, mas ele omite, por exemplo, que em 1933 Hitler já era chanceler, e como Hitler ocupou essa posição? Ocupou essa posição porque a Terceira Internacional, sob o comando de Stalin, vinha numa política de ziguezagues, revisando a sua linha anterior, do “Terceiro Período” - uma linha ultraesquerdista, que colocava um sinal de igualdade entre a socialdemocracia e o fascismo. Depois, fez um giro completo dessa linha ultraesquerdista, passando à linha oportunista das frentes populares.

O resultado disso é que Stalin se comportou como um “grande organizador de derrotas”. O fracasso da greve geral na Inglaterra, a derrota da revolução chinesa de 1927-29 e a derrota na guerra civil espanhola prepararam o terreno para a Segunda Guerra Mundial, prepararam o terreno para a ascensão do nazismo.

Qual é a importância desse debate? Tal como naquele período, hoje necessitamos de uma saída de independência de classe. Precisamos organizar a classe operária e demais oprimidos para enfrentar a barbárie que o capitalismo impõe.

Eu concluo com a seguinte ideia, companheiros: a situação objetiva está madura para a revolução, inclusive começa a apodrecer. Não é assim que Trotsky começa o Programa de Transição? Pois há um grande problema que paira sobre nós, que é a necessidade de superar a crise de direção revolucionária.

Nesses 80 anos desde a vitória sobre o nazifascismo, o POR comparece com a bandeira da reconstrução da Quarta Internacional, com o programa da revolução e do socialismo. Viva a luta dos trabalhadores, viva a luta contra o nazifascismo de ontem e de hoje!

Republicamos o pronunciamento de Trotsky, de 5 de setembro de 1939, sobre o início da Segunda Guerra Mundial. A sua primeira publicação no Jornal Massas se deveu aos 70 anos do fim da guerra. Mantivemos a apresentação tal qual comparece no Jornal Massas, nº 499, de 23 de maio de 2015.

Por ocasião dos 70 anos do fim da Segunda Guerra

As potências europeias comemoraram em 8 de maio os 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Chamou atenção o fato da solenidade na Rússia e na França ocorrerem em um clima de discórdia. Em meio à celebração, esteve o espectro da guerra civil na Ucrânia e a dissensão da santa aliança imperialista com a Rússia. Os discursos de paz, de reconhecimento e reconciliação mal puderam esconder um Oriente Médio conflagrado. O intervencionismo imperialista está em plena ofensiva. Na Alemanha, como em todas

as comemorações, não poderia deixar de haver menções aos horrores do Holocausto. Fato que também mal pôde esconder o retorno das tendências fascistas na Europa. A hipocrisia soou como uma farsa grotesca. Vladimir Putin agradeceu a França, Inglaterra e Estados Unidos pela vitória contra Hitler. O presidente da Alemanha visitou o cemitério soviético. No Arco do Triunfo, François Hollande e John Kerry lembraram as vítimas da guerra.

As solenidades dos 70 anos ocultaram que o nazifascismo e a

guerra mundial são produtos do capitalismo. Os representantes do imperialismo se esqueceram de lembrar e condenar a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Certamente, não passou pela lembrança de John Kerry um dos acontecimentos mais brutais da Segunda Guerra Mundial que foi o uso de armas nucleares, quando o Japão já estava derrotado e praticamente rendido. Os Estados Unidos testaram a capacidade destrutiva da explosão nuclear. Estimam-se cerca de 60 milhões de mortos nesta guerra. A ex-União Soviética foi quem pagou o maior tributo – 25 milhões de russos perderam a vida. A história não conheceu destruição tão grande e uma mortandade tão vasta como nos seis anos de guerra. Em síntese, as forças produtivas enclausuradas pelas relações capitalistas de produção, sob a forma monopolista, levaram os Estados nacionais imperialistas à guerra.

Publicamos abaixo um texto documental de Leon Trotsky. A IV Internacional, que nascia sobre os escombros da III Internacional destruída pelo revisionismo estalinista, não teve como organizar o proletariado para combater as potências por meio de seu programa e métodos revolucionários. No entanto, as suas formulações marxistas se mostraram completamente corretas. Os seus fundamentos, depois de 70 anos, continuam vigentes. E a tarefa de reconstruir a IV Internacional – lembramos que se desintegrou sob o revisionismo pablista justamente no pós-guerra – está na ordem do dia. Não se pode perder de vista esse objetivo um só segundo.

Quem é o culpado de ter começado a 2ª Guerra Mundial

Trotsky

Já havia falado sobre o tema da responsabilidade imediata pela guerra. Hitler começou as sangrentas operações militares que Stalin o ajudou a começar. Desta vez, a responsabilidade imediata, por assim dizê-lo jurídica do começo das ações militares se mostra mais claramente do que na guerra passada. Sabe-se que o problema da responsabilidade joga um grande papel na propaganda internacional de ambos os lados combatentes. Cada um dos Estados que participam na guerra trata de atribuir a responsabilidade ao inimigo.

Do ponto de vista histórico e político, no entanto, este critério jurídico (ou diplomático) é de importância completamente secundária. Há guerras progressivas, justas, e há guerras reacionárias, injustas, independentemente de quem “as começa”. De uma perspectiva histórico-científica, são guerras progressivas, justas, aquelas que servem à libertação das classes e nações oprimidas e que fazem avançar assim a humanidade. Pelo contrário, são reacionárias as guerras que servem para preservar a ordem social ou para escravizar as classes trabalhadoras e as nações atrasadas ou débeis. Consequentemente, o que reveste de uma importância decisiva não é quem “começou”, quem aparece como “agressor”, mas sim que classe que dirige a guerra e em função de quais objetivos históricos. Se a classe oprimida ou uma nação oprimida aparecem como “agressores” em prol de sua libertação, sempre apoiaremos essa agressão.

A tentativa de apresentar a próxima guerra como uma guerra entre as democracias e o fascismo se arrebatou diante do curso real dos acontecimentos. A guerra atual, cujos protagonistas a começaram antes de assinar o Tratado de Versalhes, surgiu como produto das contradições imperialistas. Era tão inevitável como o choque de dois trens que se dirigem incontrolavelmente um contra o outro no mesmo trilho.

Os principais antagonistas no continente europeu são Alemanha e França. Na luta pela hegemonia da Europa e por suas posições coloniais, a França procurou manter dividida e debilitada a Alemanha (a Alemanha democrática, não a fascista). Neste sen-

tido, o imperialismo francês foi a parteira do nacional socialismo alemão. Pelo contrário, a Inglaterra, que tinha interesse em romper a hegemonia da França na Europa e suas pretensões internacionais, começou em seguida depois de Versalhes a apoiar Berlim contra Paris. O rearmamento da Alemanha nazista teria sido impossível sem a ajuda direta da Inglaterra. Assim, os antagonismos dissimulados, mas profundos, entre as democracias foram a alavanca de Hitler.

Em Munique, a Inglaterra apoiou Hitler com a esperança de que ficasse conformado com a Europa central. Mas algumas semanas depois, a Inglaterra “finalmente descobriu” que o imperialismo alemão pretendia dominar o mundo. Na qualidade de potência colonial mundial, a Grã-Bretanha não podia deixar de responder com a guerra às pretensões desenfreadas de Hitler.

As maquinações diplomáticas, os malabarismos com a fórmula “democracia versus fascismo”, os sofismas a respeito a quem cabia a responsabilidade, não nos devem fazer esquecer que a luta se trava entre escravistas imperialistas de bandos opostos por uma nova divisão do mundo. Por seus objetivos e seus métodos, a guerra atual é a prolongação direta da anterior, com a diferença de que a putrefação da economia capitalista é muito maior e os métodos de destruição e extermínio são muito mais terríveis.

Consequentemente, não vejo a menor razão para modificar os princípios a respeito da guerra elaborados entre 1914 e 1917, pelos melhores representantes do movimento operário sob a direção de Lênin. A guerra atual é reacionária do lado de ambos os bandos. Qualquer que seja o bando que triunfe, a humanidade retrocederá enormemente.

A tarefa dos verdadeiros representantes da classe operária e das nações oprimidas não consiste em ajudar um setor imperialista contra o outro, mas de levar as massas trabalhadoras de todos os países a compreender o sentido reacionário da guerra presente, a elevar seu programa (federação socialista de nações) e a preparar-se para substituir o regime de saque pelo da cooperação mundial.

Este é o programa da IV Internacional. Parece utópico para os pseudo realistas, que não compreendem a lógica do desenvolvimento histórico. A IV Internacional agora reúne uma pequena minoria. Mas o partido de Lênin também representava uma minoria insignificante antes da Primeira Guerra anterior, e não merecia a não ser desprezo dos charlatões. A guerra é uma escola severa. Em seu fogo queimarão os velhos preconceitos e hábitos dos escravos! As nações sairão destas guerras diferentes de como entraram e reconstruirão nosso planeta seguindo as leis da razão.

(Extraído da Obra Escritos, Leon Trotsky, tomo XI, 1939-40, vol. 1)



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

O socialismo e a guerra

Coletânea de Textos

Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Em nossa campanha de defesa das conquistas da Revolução Russa, temos exposto o percurso do posicionamento da Oposição de Esquerda e da IV Internacional, liderada por Trotsky. Certamente, não temos seguido uma cronologia. Nos dois últimos números do Jornal Massas, selecionamos as principais formulações do livro “Stalin, o grande organizador de derrotas”, de abril de 1929.

Agora, retornamos a novembro de 1925, quando Trotsky divulgou o escrito “Para onde vai a Rússia?”. Nesse momento, ainda lutava no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) contra a emergência do revisionismo estalinista-bukharianno. As divergências em torno à orientação estratégica da construção do socialismo e à política econômica assentaram a linha divisória entre o estalinismo e o marxismo-leninismo. A condução da economia soviética em meio à economia mundial capitalista colocava o Estado operário diante de tradições particulares e gerais.

Trotsky reconhecia a importância decisiva de compreender o alcance das medidas econômicas que respondiam ao choque entre o desenvolvimento das tendências socialistas e da persistência das tendências capitalistas típicas de um país de economia atrasada em referência às avançadas. Assinala o caráter contraditório da nova política econômica (NEP) ditada por condições objetivas em que não se podia suprimir mecanicamente o mercado. A NEP foi concebida por Lênin como uma ação transitória em cuja base estava o conflito entre o campo e a cidade. Trotsky diz que havia consciência e reconhecimento de que o governo soviético estava diante do confronto entre dois sistemas sociais, o socialismo e o capitalismo.

Essa convivência teria um desenvolvimento e um desfecho de ordem histórica. A NEP estava condicionada a uma fase do “comunismo de guerra”, que correspondia à necessidade de reorganizar a economia e impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo ocorria nos marcos da contradição entre as forças capitalistas que persistiam e as socialistas que nasciam. Assim, não era indiferente a estratégia e os métodos da política econômica de um momento particular em que se impôs ao Estado operário a recorrer a NEP.

Trotsky conclui: “Com efeito, se se comprova que o desenvolvimento das forças de produção, as tendências capitalistas aumentam em detrimento das tendências socialistas, esta amplificação do quadro do comércio do capitalismo-mercadoria

na aldeia poderia determinar, de um modo definitivo, o desenvolvimento no sentido do capitalismo. Ao contrário, se, na economia geral do país, o valor próprio do processo da economia estatal, que equivale para nós o processo socialista, aumenta, a ‘libertação’ maior ou menor do mercado capitalista das mercadorias não se efetuará mais que entre limites de relação de forças determinadas, então poder-se-á perguntar de um ponto de vista positivo: Como? Por quê? Até que limite?”

O reconhecimento dessa contradição da parte de Trotsky o permitiu estabelecer os primeiros marcos de diferenciação com o revisionismo estalinista. O fator determinante, em última instância, se encontrava no mercado mundial, no sistema mundial de divisão do trabalho. De forma que “a marcha de nosso desenvolvimento econômico determinará a força de resistência contra a pressão econômica do capitalismo mundial e a pressão militar e política do imperialismo”.

É nesse terreno que Trotsky assinala os perigos dos desvios da política do governo constituído em torno a uma burocracia que se formava e que favorecia as tendências capitalistas. Havia de traçar e implementar uma política econômica que se baseasse na “nacionalização de todos os meios fundamentais de produção, nos métodos socialistas estatistas de coordenação e na distribuição dos meios necessários (...)”. Sobre essa base, a União Soviética se converteria “em fator cada vez mais poderoso da economia mundial”.

O fato de a URSS ter conseguido dar passos no sentido de recuperação econômica em referência ao nível anterior à guerra, tanto na quantidade quanto na qualidade, era muito importante para estabilizar o novo regime social ainda embrionário. Trotsky assinala: “O avanço que somente adquiriu o ritmo do desenvolvimento da indústria e do comércio de Estado sobre o capital privado assegurou, no período transcorrido, uma diagonal de força ‘socialista’”. (...) “O mais importante ainda é a proporção do tempo de nosso desenvolvimento geral em relação à economia mundial”.

Nessa relação contraditória, se identificava o ponto nevrálgico das transformações iniciais resultantes da Revolução de Outubro. Inevitavelmente, o Estado operário se deparava com a questão de como agir e administrar o poderoso cerco das potências imperialistas. O atraso da economia agrária em relação às mudanças urbanas era um

peso que teria de ser carregado e dissolvido na medida em que as forças produtivas avançassem sob a forma das novas relações sociais estabelecidas pela expropriação da burguesia, nacionalização geral e implantação da economia planificada, que contava com o monopólio do comércio exterior. Em síntese, Trotsky indicava que a causa profunda do fenômeno é sempre a mesma: “a forma atomizada de nossa propriedade agrária, nossa inferioridade técnica e a enorme superioridade de produção atual do capitalismo em relação a nós”.

Eis uma formulação mais acabada: “A superioridade econômica fundamental dos Estados burgueses consiste em que o capitalismo produz ainda mercadoria menos caro e, ao mesmo tempo, melhor que a do socialismo. Em outras palavras: a capacidade de produção é ainda infinitamente maior nos países que vivem segundo a lei da inércia da antiga cultura capitalista, que no país que não fez senão começar a aplicar os métodos socialistas, com um passado de atraso cultural hereditário”. (...) “Conhecemos a lei fundamental da história: a vitória pertence em último caso ao regime que assegura à sociedade humana um nível econômico mais elevado”.

Trotsky faz uma série de considerações sobre a superioridade dos Estados Unidos, um dos adversários que se potenciava e se levantava como obstáculo à URSS. A exemplificação comparativa levava à conclusão: “A relação de dependência, de nossa economia interna, como preços, qualidade da mercadoria etc., e os elementos correspondentes da economia mundial, será tanto mais direta e visível quanto mais estreitamente nos incluímos no sistema internacional de divisão do trabalho”. Eis por que era muito importante o protecionismo socialista, que advinha das transformações e das instituições que emergiram da revolução proletária. Uma política de Estado correta era fundamental para proteger a economia interna das pressões externas. A proteção em si não resolvia a contradição assinalada.

Trotsky aponta que “o protecionismo, cuja mais alta expressão está representada pelo monopólio do comércio exterior, não é todo poderoso”. (...) “Por esse meio, o protecionismo pode assegurar à indústria socialista os prazos necessários para o ressurgimento do nível de produção”. Atravessar e superar essa fase era decisivo para se atingir um grau de desenvolvimento das forças produtivas que permitiria “vencer a produção capitalista no mercado mundial pelos produtos da economia socialista”.

Tratava-se aqui de um ponto de vista da estratégia histórica. Em outras palavras, era preciso compreender em toda a sua dimensão a contradição entre o novo regime social emergente e o velho regime social decadente. A interdependência reconhecida pendia a favor da superioridade do capitalismo. A potenciação das forças produtivas internas se realizaria em meio à confrontação com as forças capitalistas mundiais dirigidas pelo imperialismo. A URSS contava a seu favor com um vigoroso regime social nascente, cujas primeiras transformações se encontravam na indústria nacionalizada e no monopólio do comércio exterior, que deveriam servir ao processo de produção, regido pelos “métodos socialistas da distribuição”. Trotsky formula sinteticamente: “O trabalho consiste em penetrar o princípio da nacionalização no processo de produção, nas condições técnicas materiais”. Estava colocada na prática a oposição “do plano econômico, cuja base econômica está formada pela indústria nacionalizada, ao princípio elementar do mercado cuja base está na aldeia”.

Esse princípio era um guia da governabilidade soviética. Expresso de outra forma: “De fato, resulta na seguinte perspectiva: a progressão do princípio do plano econômico se realizará no ritmo da progressão da indústria, da progressão da influência desta sobre a agricultura, da progressão da industrialização e do desenvolvimento sindical no campo etc.” O desenvolvimento das forças produtivas industriais nas condições da propriedade nacionalizada definia a linha em relação ao campo atrasado e as heranças do mercado. Era inevitável

transitoriamente a presença do desenvolvimento da economia camponesa, que se revestia dos “caracteres do comércio quase inteiramente privado”. O problema estava em dissolver suas tendências capitalistas, portanto, contrárias ao desenvolvimento socialista. Esse conflito entre o campo e a cidade, herdado pela revolução, se resolveria com o impulso das forças produtivas chefiadas pela indústria nacionalizada e protegida pelo monopólio do comércio exterior.

Transcrevemos uma passagem muito esclarecedora: “No território soviético, a economia socialista luta contra a economia capitalista, tendo ao seu lado o Estado operário. No território do mercado mundial, o socialismo se dirige contra o capitalismo que protege o Estado imperialista. Já não é a luta de economia contra economia, mas da política contra política”. (...) “O monopólio do comércio exterior e a política de concessões são instrumentos poderosos da política econômica do Estado operário. Se, conseqüentemente, as leis e os métodos do Estado socialista não podem impor-se ao mercado mundial, as relações da economia socialista com o mercado mundial dependem, sem dúvida, de certo modo, da vontade do Estado operário. Assim, o sistema de comércio exterior, empregado de uma maneira justa, adquire uma importância excepcional e corresponde a um crescimento do papel da política de concessões do Estado operário”. (...) “O mercado nos submeteria, sem dúvida, a seu domínio, se lutássemos somente contra o mercado, porque o mercado mundial é mais forte que os outros. Esmagar-nos-ia com flutua-

ções acentuadas do câmbio e, depois de nos ter debilitado, nos dominaria pelo volume de suas mercadorias, do ponto de vista da quantidade e da qualidade”.

A luta política a que se refere Trotsky, certamente, tem uma base material que é a organização soviética do Estado operário e sua economia nacionalizada. Vejamos uma última consideração de Trotsky a respeito dessa base material: “a indústria socializada representa o truste de trustes. Esse instrumento de produção gigantesco está menos capacitado que um só truste capitalista para seguir todas as curvas das demandas do mercado. A indústria do Estado reunida em um só truste deve esforçar-se por cobrir a demanda assegurada por todo o desenvolvimento precedente, utilizando o quanto seja possível da reserva capitalista privada para garantir a demanda excedente momentânea, que pode ser seguida por uma nova restrição do mercado. O papel dessa reserva está desempenhado pela indústria privada interior, de que forma parte a indústria ‘de concessões’, e pela massa de mercadorias do mercado mundial. Nesse sentido, precisamente, falamos da importância reguladora do sistema de comércio interior e da política de concessões”. Feita essa colocação, Trotsky refere-se à seguinte tese: “A divisão do trabalho mundial é um fator que não se pode esquecer. Não podemos acelerar nosso próprio desenvolvimento em todas as partes, a não ser aproveitando de maneira razoável os meios que resultem das condições da divisão do trabalho mundial”.

Conclusões de Trotsky

O capítulo VIII finaliza o livro “Para onde vai a Rússia?” com as conclusões. Transcrevemos algumas passagens:

“A classificação econômica da aldeia que não oculta, como demonstramos, nenhum perigo econômico imediato, isto é, o perigo do aumento rápido das tendências capitalistas, pode, no entanto, produzir, em determinadas circunstâncias, tendências políticas que sejam hostis ao desenvolvimento socialista”

“As condições políticas (tanto interiores como internacionais) representam um encadeamento complicado de

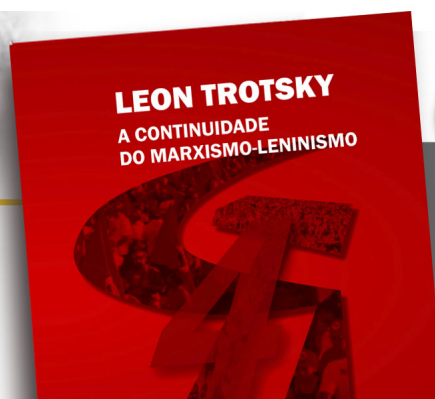
problemas que exigem cada um uma análise especial, em relação estreita, naturalmente, com a economia. Para a finalidade proposta por este estudo, não foi levado em consideração tal análise”. (...)

“Temos, assim, conscientemente descuidado no processo de nossa análise a pergunta: quanto tempo pode durar o método capitalista? Por quais variações passará e em que sentido se desenvolverá? Algumas variantes são possíveis. Não é nossa intenção examiná-las nessas palavras finais: basta mencioná-las. É o caso de realizar em outro estudo”.

Publicado o livro: **LEON TROTSKY** **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ **35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

“O meio mais sensível de resolver a questão da vitória do socialismo é por meio da hipótese de que a revolução do proletariado se realizará nos próximos anos na Europa. Essa variante não é a mais inverossímil de todas. Mas, do ponto de vista do prognóstico socialista, não traz nenhuma dificuldade. É claro que no vínculo da União Soviética com a economia de uma Europa soviética, a pergunta dos coeficientes de comparação da produção socialista e capitalista conduziria à vitória, ainda que a resistência da América do Norte fosse muito forte. E é lógico perguntar se essa resistência poderia durar muito tempo.

A questão se complica enormemente se se admite com reserva a suposição de que o mundo capitalista que nos rodeia se mantenha ainda por algumas dezenas de anos. Mas essa suposição não teria valor algum se não concretizássemos com outras suposições. Em tal caso, o que aconteceria ao proletariado europeu e americano? O que passaria com as forças de produção do capital? E se as dezenas de anos que colocamos sob reserva tivessem de ser anos de fluxo e refluxo tumultuoso, de cruel guerra civil, de parada ou até de decadência econômica, isto é, sensivelmente, uma diminuição das dores do parto do socialismo? Nessas condições, é claro que no período de transição, nossa economia alcançaria o predomínio simplesmente devido à estabilidade incomparável de nossa base econômica.

Se, pelo contrário, a hipótese for de que no curso das próximas dezenas de anos ocorrer um novo equilíbrio dinâmico no mercado mundial, uma espécie de reprodução mais vasta do período compreendido entre 1875 e 1914, então o problema adquire um aspecto diferente”. (...)

“Expresso mais claramente: isso significaria que nos equivocamos nas apreciações históricas fundamentais, isso significaria que o capitalismo não havia ainda realizado sua missão histórica e que a fase imperialista em que nos achamos não seria forçosamente uma fase de decadência do capitalismo, de sua agonia, de sua decomposição, mas simplesmente a preparação de um novo período de florescimento.

É perfeitamente claro que se o capitalismo adquirisse amplitude na Europa e no mundo inteiro durante um grande número de anos, o socialismo em um país atrasado se veria diante de colossais perigos. Perigos de que tipo? Sob a forma de uma nova guerra em que uma vez mais o proletariado europeu, ‘apaziguado’ pela evolução, não poderia impedir, de uma guerra, na qual o inimigo teria uma superioridade técnica colossal? Ou sob a forma de um dilúvio de mercadorias capitalistas que seriam melhores e mais baratas que as nossas, de mercadorias que poderiam romper o monopólio do comércio exterior e, conseqüentemente, as bases da economia socialista?

Mas é perfeitamente claro para todos os marxistas que o socialismo teria uma posição difícil em um país atrasado se o capitalismo tivesse não só as probabilidades de vegetar, mas também as de alcançar um amplo desenvolvimento das forças produtivas nos países adiantados.

Mas não há nenhuma razão válida para aceitar essa segunda hipótese e seria uma impropriedade ver primeiro uma perspectiva fantástica no otimismo em favor do mundo capitalista; para, em seguida, quebrar a cabeça pensando em uma saída.

O sistema econômico europeu e mundial representa, no momento, tal acumulação de contradições (que não permitem seu desenvolvimento, senão que o entorpecem a cada momento), que a história nos proporcionará nos próximos anos ocasiões suficientes para adquirir uma marcha acelerada, desde que nós aproveitemos todos os meios de nossa própria economia e da economia mundial.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento europeu deslocaria (ainda que com vacilações e desvios) o ‘coeficiente’ da força ‘política’ em favor do proletariado revolucionário”.

Observações finais

A discussão de Trotsky sobre o futuro da Rússia - apresentada oito anos após a vitória da Revolução de Outubro, três da fundação da URSS e cerca de um ano da morte de Lênin - assentou as bases para a constituição da Oposição de Esquerda. O escrito “Para onde vai a Rússia?” tem como subtítulo a questão da possibilidade de o imperialismo bloquear o desenvolvimento das forças econômicas da nova formação social, que abria caminho à transição do capitalismo ao socialismo.

A guerra econômica esteve posta desde as primeiras horas da constituição da URSS. É sobre essa base que Trotsky discute a variante da guerra bélica. Deixa claro que se o capitalismo se firmasse diante do Estado soviético e da economia nacionalizada, aumentaria os perigos de uma derrocada das conquistas revolucionárias. Essa hipótese é discutida tendo por base a caracterização de que o capitalismo da época imperialista era de decomposição e não de elevação das forças produtivas.

Nesse terreno, colocava-se para o governo soviético valer-se do esgotamento histórico do capitalismo, assentando-se na luta de classes e na revolução mundial. A Europa estava mais amadurecida para o proletariado derrotar a burguesia. O que fortaleceria o desenvolvimento as forças produtivas nas condições de novas relações regidas pela propriedade social. O imperialismo norte-americano que se levantava como um poderoso inimigo mundial se depararia com uma fortaleza econômica.

Os avanços produzidos pelo curto período da constituição do Estado soviético, por si só, indicavam a potencialidade do novo regime social, mas que não poderia sustentar-se nos marcos nacionais.

O estudo do escrito “Para onde vai a Rússia?” permite à vanguarda com consciência de classe compreender mais amplamente o combate de Trotsky contra a burocratização e o revisionismo estalinista que davam seus primeiros sinais.

(As citações foram extraídas do livro “Para onde vai a Rússia?”, Leon Trotsky, outubro de 1925, Juan Pablos Editor, México, 1974)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

